

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVI • Nº 460 • Brasília-DF • Novembro 2023



**Tocar na Banda**: o que será que será dos direitos dos povos indígenas e de suas organizações?

Páginas 4 e 5

**Chamado para uma Ação Urgente**: Organizações indígenas e indigenistas elaboram documento aos presidentes dos países amazônicos

Página 6

**Política indigenista dos governos da ordem e do progresso**: meio século de violência e esbulho

Página 16

## SECA HISTÓRICA NA AMAZÔNIA

Alimentação, transporte e saúde foram as principais necessidades dos povos indígenas diretamente afetadas pelo fenômeno de extrema estiagem na Amazônia, diagnosticadas pelas equipes do Cimi Regional Norte I

Páginas 8 e 9

# Do direito ao negócio: privatização como ameaça à saúde indígena

Por Roberto Antonio Liebgott, do Cimi Regional Sul

O presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 11.790, regulamentou a Agência Brasileira de Apoio e Gestão do Sistema Único de Saúde (AGSUS), no dia 20 de novembro de 2023. Tal iniciativa, embora tenha a aparente intenção de gerir a política de atenção à saúde indígena, revela-se como um flanco perigoso para a privatização da saúde, ameaçando a autonomia dos povos originários.

A histórica proposta de privatização, anteriormente encampada pelo governo Bolsonaro e rechaçada pela resistência dos movimentos indígenas, ressurgiu agora sob a gestão de Lula. Grupos, que já buscavam a privatização da saúde indígena em governos anteriores, reapareceram e retomaram as discussões no sentido de convencer as lideranças que atuam nos espaços de controle social dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEIs) a aderirem a essa perspectiva privatista. Entretanto, a preocupação central reside no fato de que essa mudança abre espaço para a ingerência da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde (SUS) e, especificamente, na política de atenção à saúde indígena.

O Ministério Público Federal (MPF), através do Grupo de Trabalho de Saúde Indígena ligado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, que trata de assuntos relacionados aos povos indígenas e comunidades tradicionais, entendeu que o modelo de criação de um Instituto Nacional de Saúde Indígena

(Insi) – proposto por setores vinculados à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) especialmente nos governos Dilma (2010-2016) - era contrário à Constituição Federal. Organizações indígenas também se somaram à essa avaliação.

No entanto, agora, os segmentos que desejavam a criação de um Instituto, Insi, consolidaram suas pretensões através da AGSUS. Todavia, pelo que se sabe, não houve debates e nem consultas acerca da criação dessa agência privada e, lamentavelmente, os espaços de diálogos e debates – no âmbito da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) – não foram acionados. Além disso, o decreto afronta a Convenção 169 da OIT, pois esta determina que haja consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas.

A gestão da saúde indígena por meio da AGSUS alterará toda a dinâmica de funcionamento do subsistema específico e diferenciado – que tem como base os DSEIs – gerando uma série de impactos. Caberá então ao movimento indígena, agora, retomar os debates sobre as políticas públicas, recuperar seus objetivos e fazer frente a toda e qualquer medida que comprometa seus direitos e seu futuro.

Dentre as perspectivas já postas ao longo dos anos e que foram rechaçadas pelos povos e suas organizações, a privatização da saúde indígena é cruel e perversa, pois retira a possibilidade das comunidades e suas lideranças se tornarem sujeitos de direitos, subordinando-os aos interesses políticos e econômicos.

## Porantimadas

### Cineasta indígena no Oscar

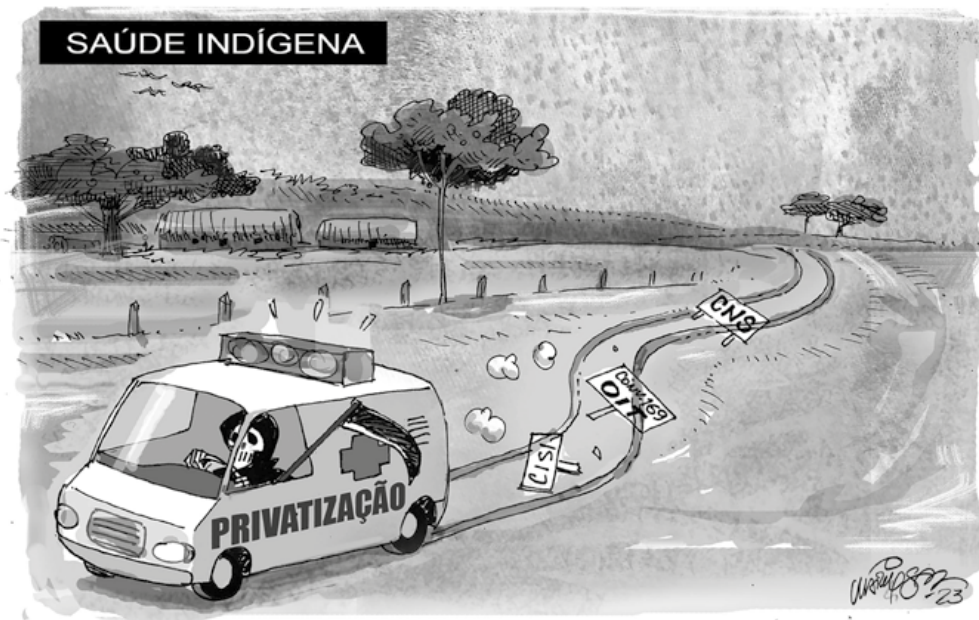
O documentário "Mãri hi - A Árvore do Sonho" pode ser o primeiro filme dirigido por um cineasta indígena a representar o Brasil no Oscar. O curta do diretor Yanomami Morzaniel Tramarí venceu o "É Tudo Verdade", festival classificatório reconhecido pelo Oscar, e disputa uma indicação à maior premiação do cinema na categoria de curta-documentário. Mãri hi convida a uma imersão na poética e nos ensinamentos dos povos da floresta pelas palavras do grande xamã Yanomami, Davi Kopenawa. O filme foi realizado na casa coletiva de Watoriki, na região do Demini, na Terra Indígena Yanomami (TIY), situada entre os estados de Roraima e Amazonas. A obra é uma produção Aruac Filmes em coprodução com a Hutukara Associação Yanomami e integra o projeto "A Queda do Céu", que conta com a produção de um longa-metragem livremente inspirado na obra homônima de Davi Kopenawa e Bruce Albert. (Informações do Instituto Socioambiental - ISA).

### A "lógica" do agronegócio

A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) – conhecida como bancada ruralista – pediu anulação de três questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023, alegando que tais perguntas eram de "cunho ideológico e sem critério científico ou acadêmico". O presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR), ainda acusou o certame de praticar "negacionismo científico" ao "jogar o agrô contra o país". Os representantes do agronegócio no Congresso se incomodaram com textos-base que mencionavam o avanço da cultura da soja e o desmatamento na Amazônia, a "superexploração dos trabalhadores" e as "chuvas de veneno" (referência ao uso de agrotóxicos). As entidades acadêmicas, em nota, destacaram que os enunciados das questões eram oriundos de textos de pesquisas e publicações científicas produzidas por geógrafos com trabalho reconhecido no campo da geografia agrária. Já o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que as questões foram elaboradas por uma comissão selecionada em 2020, e os itens foram criados em 2021. Portanto, durante o governo anterior sem a menor possibilidade de interferência do Ministério da Educação ou deste governo.

### Show de desrespeito

O senador bolsonarista Marcos Rogério (PL-RO), em uma fala a produtores rurais em São Francisco do Guaporé (RO), no dia 18 de novembro, criticou estimativas do Censo 2022 do IBGE que apontaram para um aumento da população indígena no Brasil de quase 900 mil em 2010 para 1,7 milhão no ano passado. O parlamentar, além de ironizar o crescimento da população indígena no Brasil, reforça o discurso ruralista de que há muita terra demarcada para povos indígenas. "Em 12 anos, quase 100% [de aumento]; eu nunca vi procriar tanto [...] e o governo usando isso para fazer demarcação de terra", disse grosseiramente. Segundo a responsável pelo projeto de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, Marta Antunes, o aumento de número apontado pelo Censo 2022 não tem a ver com procriação e pode ser explicado, majoritariamente, pelas mudanças metodológicas feitas para melhorar a captação dessa população. (Com informações do UOL, que obteve um vídeo de um trecho de sete minutos da palestra do senador, em que ele ataca o governo federal).



# Sem nome, sem identidade: registro de recém-nascidos ainda é um desafio para indígenas

35 anos depois da Constituição, indígenas ainda enfrentam preconceito para registrar nome e identidade étnica de crianças, que passam meses sem ter oficializado o seu nascimento

Por **Paloma Gomes, Rafael Modesto e Nicolas Nascimento**, advogados e assessores jurídicos do Cimi\*

Além das inúmeras dificuldades sofridas pelos indígenas na luta pelo território e sobrevivência, também enfrentam outras tantas para o registro civil de seus filhos recém-nascidos no Brasil. Alguns cartórios de registro recusam o nome escolhido pelos genitores ou exigem a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (Rani) para comprovação da origem indígena da pessoa.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) dispõem da Resolução Conjunta nº 3, de abril de 2012, para regulamentar o assento de nascimento de indígenas no Brasil, que, embora necessite de atualização – conforme já requerido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi)<sup>(1)</sup> –, supre, ou deveria suprir, parte dos entraves criados para a efetivação do registro.

Quanto ao nome escolhido para o recém-nascido e a referência ao povo ao qual pertencem, o art. 2º da referida Resolução afasta a hipótese de recusa do oficial de registro civil nos casos em que o prenome escolhido pelos pais possa ser compreendido como uma exposição da pessoa ao ridículo. Vejamos:

“Art. 2º. No assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, de sua livre escolha, não sendo caso de aplicação do art. 55, parágrafo único da Lei n.º 6.015/73.

- 1º. No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.
- 2º. A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.
- 3º. A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.
- 4º. Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI, ou a presença de representante da FUNAI”

Essa recusa é inaceitável, visto que o nome é de livre escolha dos genitores. Neste ponto, a Resolução é clara. Portanto, não se trata de lacunas normativas, mas sim de dificuldades criadas para a realização do registro.

Um ato que seria simples para qualquer família se torna absolutamente moroso e burocrático quando se trata de um recém-nascido indígena. As dificuldades enfrentadas pelos indígenas no registro civil de seus filhos evidenciam uma distinção no tratamento, o que viola garantias fundamentais e a igualdade formal fixadas na Constituição (art. 5º).

Outro problema recorrente é a exigência da apresentação do Rani para a comprovação da origem indígena. Na Resolução Conjunta nº 3, tal exigência se aplicaria apenas nos casos onde haja fundada dúvida acerca do registro. Ou seja, ela deve estar devidamente embasada pelo Cartório.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é expressa ao estabelecer que “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar



III Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada entre os dias 11 e 13 de setembro de 2023, em Brasília



Julgamento do RE no STF durante Acampamento Luta pela Vida, em agosto de 2021

os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção” (Art. 1º, item 2).

Compreensão semelhante à da OIT foi adotada pelo CNJ na Resolução 454/2022, que trata do acesso de indígenas ao Poder Judiciário. Nesta Resolução, impõe-se a transcrição do § 1º do art. 4º: “§ 1º Para efeitos desta Resolução, indígena é a pessoa que se identifica como pertencente a um povo indígena e é por ele reconhecido”.

Com efeito, o direito à autoidentificação e autodeclaração dos povos indígenas encontra-se consolidado no ordenamento jurídico brasileiro, seja na Constituição Federal ou nos tratados internacionais internalizados no Brasil, embora ainda ocorra resistência na efetivação destes direitos.

Em situações concretas, verificamos que, entre a negativa de registro ou suscitação de dúvida pelo oficial e a espera de sentença judicial para determinar ao Cartório a realização do registro, por vezes, o recém-nascido fica meses sem ter oficializado o seu registro de nascimento. Diante do entrave criado, ocorre também que registros são realizados sem a anotação da condição de indígena.

Quando os genitores se opõem à resistência do oficial, acabam necessitando de providências da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da atuação do Ministério Público ou Defensoria Pública para defender os direitos fundamentais de seus filhos e os seus direitos como indígenas.

Além da violação aos direitos civis, decorrente do direito ao nome previsto no art. 16 do Código Civil, tais práticas desrespeitam a dignidade humana (arts. 1º, inc. III da CF), que ganha ainda maior relevo por se tratar de criança, que goza da absoluta prioridade na proteção integral de seus direitos (art. 227, CF).

Já ao nascer os indígenas vivenciam a discriminação em relação ao seu nome, ao seu lugar de pertencimento, às suas origens, aos costumes, línguas, crenças e tradições da comunidade da qual descende, uma vez que até mesmo o seu nome e etnia se tornam objetos de dúvida e questionamento pelo Estado. Revelando um preconceito ainda existente em relação aos povos indígenas.

O Rani, documento fornecido pela Funai, não é o único meio capaz de fazer a comprovação da origem indígena da pessoa, podendo ser inclusive comprovado, pela Declaração de Nascido Vivo (DNV). A nosso ver, é suficiente a autoidentificação nos termos fixados pela Resolução 454 do CNJ.

Além desta Resolução, são diversas as garantias previstas no ordenamento jurídico brasileiro que o recém-nascido indígena dispõe para a defesa de seus direitos: a Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos das Crianças, a Convenção 169 da OIT e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante deste cenário e de tais mandamentos, impõe-se ao Estado não apenas a assistência e proteção adequadas para os direitos dos recém-nascidos indígenas que por meio de sua família, optem pelo registro civil, mas que não crie obstáculos para a preservação dos povos e da cultura indígena. É fundamental importância que os que dificultam injustificadamente o registro sejam de alguma forma responsabilizados.

Certo é que o CNJ e o CNMP, oportunizada a participação de organizações indígenas e indigenistas, estão com o desafio de atualizar a Resolução Conjunta nº 3, a fim de tornar ainda mais pleno o direito à autoidentificação dos povos indígenas quando do registro civil.

1 Pedido de Providências (PP) proposto pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC), em 2022, no qual requerem a revisão da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3/2012.

\* O artigo foi publicado originalmente no Le Monde Diplomatique. Acesse: <https://diplomatique.org.br/registro-de-recem-nascidos-ainda-e-um-desafio-para-indigenas/>



*Lutadora incansável pela demarcação de terras, Damiana Cavanha é um exemplo para todas aquelas e aqueles que lutam por justiça e pelo fim do jugo do capital agrário no Brasil. Damiana viveu acampada com sua família ora nas margens da rodovia, ora em meio às plantações de cana*

## “Tocar na Banda”: o que será que será dos direitos dos povos indígenas e de suas organizações?

Neste artigo os autores refletem sobre episódios recentes, do Governo Lula, que levantam questionamentos se de fato serão efetivados os direitos dos povos originários

Por **Marcelo Chalréo\*** e **Roberto A. Libegott\*\***

*“Tocar na banda, pra ganhar o quê?  
Duas mariolas e um cigarro Yolanda”  
Adoniran Barbosa*

Há décadas, o genial e irreverente Adoniran Barbosa, lançava essa marchinha carnavalesca que até hoje faz sucesso nos blocos e clubes de carnaval Brasil afora. Afinal, compensava ou não tocar na banda para receber em troca duas mariolas e um cigarro Yolanda (famosa marca dos anos 60)?

A dúvida se coloca atualíssima quando nos confrontamos com a realidade da participação de companheiras e companheiros indígenas e indigenistas, em relação aos quais não se lança dúvida quanto à integridade e dedicação à luta pelos direitos dos povos originários, e de suas organizações, ainda que formalmente independentes, no atual Governo Lula. Se a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a participação direta de inúmeros e inúmeras lideranças no comando de órgãos diretamente relacionados aos direitos e

demandas dos povos, tais como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), pareceram inaugurar uma nova era na relação (e respeito) do Governo e do Estado brasileiro para com os povos indígenas, a prática – sempre está a nos ditar a realidade cotidiana – tem se mostrado no mínimo extremamente duvidosa e profundamente aquém do que de fato deve (o Estado) aos povos originários conquanto o assentado em tratados e convenções internacionais e nos direitos e princípios estabelecidos pela Constituição da República.

Dois recentes episódios, embora aparentemente distantes entre si, se põem nessa contramarcha à efetivação dos direitos dos povos originários. Um é a morte, após décadas de sofrimento intangível para muitas e muitos, de Dona Damiana Cavanha, Terra Indígena Apikay. Mulher e liderança Guarani Kaiowá ímpar e única, que durante anos e anos a fio, tendo passado por toda a sorte de provações, no que se incluem torturas, agressões, ameaças, destruições dos seus precários barracos de beira de estrada, seguidas

perdas do marido, filhos e neto, era e é o retrato da tragédia humana que beira o etnocídio que vivem os Guarani e Kaiowá (e outros povos) do Mato Grosso do Sul. Onde o latifúndio e agronegócio ditam as regras, regras essas que parecem encapsuladas pelo Governo atual, que se mostrou politicamente incapaz das extremamente urgentes medidas de proteção e garantia, inclusive de ordem médica, sanitária e nutricional, para milhares de irmãos e irmãs indígenas do Mato Grosso do Sul.

Não que não haja outros povos e grupos maiores ou menores de indígenas em agoniantes e urgentes necessidades, sim, os há! Contudo, a marcha das prioridades, no que diz aos povos indígenas, no que se incluem isolados e de recente contato, continua aquém, absurdamente aquém daquilo que se lhes deve o Estado brasileiro, ainda que este tenha sido brutalmente dilapidado pelo governo genocida e de péssima memória que findou recentemente.

Dona Damiana se foi sem ver realizado o seu direito fundamental, essencial e humano de ter posse e título do seu território em um processo que se arrasta sem

*Damiana Cavanha, ao longo dos seus 86 anos de vida, sobreviveu à dor de perder marido, filhos e netos atropelados na BR-163, sobreviveu a ataques armados, a incêndios criminosos, a doenças causadas pela única água a que tinham acesso. Que a luta de Damiana, seus ensinamentos e seu exemplo heroico motivem a luta em defesa da vida e da justiça*



Foto: BBC

fim, sem eira e beira. Isto é, viveu suas últimas décadas como morreu, integralmente ao abandono do(s) governo(s) federal, ainda que este hoje tenha uma estrutura aparentemente relacionada às urgentes prioridades dos indígenas, nos quais Dona Damiana e seu clã despontavam e ainda despontam indelevelmente como situação de máxima atenção.

O outro episódio a mostrar realmente ao que veio e vem o atual governo, é a postura indecorosa, inaceitável e antiética de barganhar a aprovação de uma reforma, dita tributária - e que mais atende aos interesses do grande capital nacional e internacional, do que às dos trabalhadores e trabalhadoras do país e à sua gente sofrida e espoliada - com a derrubada dos vetos presidenciais à Lei número 11. 701/2023 - acerca do marco temporal definido pelo Congresso - que, ao contrário do que reclamaram as próprias organizações indígenas e outras entidades e instituições parceiras, sequer foi totalmente vetada, o que por si só constituiu uma péssima sinalização de descompromisso com os direitos consagrados internacional e constitucionalmente para com os povos indígenas.

A "solução" meia - boca (veto parcial), ao contrário do que disseram algumas e alguns que defenderam essa bisonha governamental, mais pôs lenha na fogueira da direita, que tem assento no Congresso Nacional, do que lhes tirou os argumentos à derrubada dos vetos. Não se mobiliza, não se organiza, não se articula de baixo para cima a legítima e necessária pressão à manutenção de direitos inegociáveis, o que representaria a manutenção do veto total, mas se negocia e se barganha, se vende, esse é o termo correto, exatamente para aqueles setores

da sociedade que mais violam e desrespeitam os povos originários e os seus irretorquíveis direitos.

Não podemos deixar de registrar que algumas demandas e situações limites, atinentes a alguns povos e suas comunidades, vêm sendo enfrentadas pelo atual Governo - combate ao garimpo ilegal e a derrubada de madeira - embora sem o emprego de todas as formas possíveis de ação governamental, como se nos indicam a suspensão de certas iniciativas e a timidez de outras. Porém resta mais que evidente que a acanhada demarcação de territórios até aqui havida, assim como as cada vez mais íntimas e prolixas relações do atual governo com o agronegócio e mineração, têm representado concretamente um barramento à plena consecução dos direitos dos povos indígenas, o que, em se tratando da extremada vulnerabilidade de povos e nações, é mais que um contrassenso, é verdadeiro desdém e enorme menoscabo.

Um parêntese para dizer que, se assim o é quanto aos povos indígenas, com alguma presença e participação nos espaços dirigentes governamentais, pior o é em relação

*Damiana Cavanha, uma das maiores guerreiras dos povos indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, faleceu no dia 7 de novembro de 2023, sem ter seu tekoha demarcado e após mais de duas décadas vivendo em barracos de lona preta e restos de tábuas, morrendo um pouco a cada dia, entre a violência do agronegócio e do poder público*

Foto: Ruy Sposati/Cimi



aos quilombolas e populações tradicionais para os quais falta praticamente tudo em todos os quadrantes, a começar pela concretude de medidas governamentais diretas e objetivas que ponha em marcha efetiva os direitos assegurados a esses segmentos. A começar pela titulação dos seus territórios e políticas públicas de curto, médio e longo prazo a serem fixadas de maneira peremptória e perene.

Há ainda de se dizer que a violência contra indígenas e quilombolas tomam proporções inaceitáveis. Assassinatos, perseguições, ameaças e invasões são

cotidianas e refletem, em grande medida, a ausência de um plano de ação com os objetivos de proteger e fiscalizar os territórios, bem como as vidas das lideranças e responsabilizar os criminosos. A Funai e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) - e por tabela, o INCRA, ICMBio, etc - por mais boa vontade que seus servidores expressem, não possuem recursos humanos, materiais e financeiros para atuarem de forma eficaz e planejada. Parece haver um corre-corre para onde há fumaça, buscando apagar incêndios que por vezes deixam apenas as cinzas e o desespero das pessoas dentro das comunidades.

As emergências do clima também desvelam o despreparo dos entes governamentais no sentido de assegurar ações emergenciais aos atingidos. Inundações ou secas deixam rastros de destruição. As pessoas, particularmente indígenas, quilombolas, populações tradicionais, ficam submetidas ao descaso e falta de apoio para suportar as perdas sofridas e a reconstrução daquilo que lhes foi tirado. Tudo é muito, muito, muito demorado quando se pede ajuda humanitária e social necessária aos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, deixando que fiquem - milhares de pessoas - ao completo desalento e abandono, potencializando, assim, seu apesamento por oportunistas e aumentando ainda mais e mais o grau de vulnerabilidade.

No âmbito das políticas de educação e saúde verifica-se o mais do mesmo, ou seja, mantém-se as mesmas lógicas assistenciais do passado, onde se disputam cargos e funções, mas pouca efetividade para aos que dependem das ações públicas para simplesmente viverem. A educação está sob a responsabilidade dos estados, que em geral não investem e nem se preocupam com uma educação escolar indígena específica e diferenciada, sonegam tudo e congelam os serviços às formalidades de sempre - de ter carga-horária sem compromisso com os sujeitos da política. No âmbito da saúde diferenciada observa-se também discursos engajados, mas sem alteração das (nefastas) práticas de terceirização e até de quarteirização. Falta de controle social e esvaziamento das ações de prevenção de doenças comuns e das epidemias, como a da malária, hepatites, diabetes, doenças respiratórias e, bem grave, do acelerado aumento dos suicídios.

Diante dessa verdadeira catástrofe humanitária, que poderá ser ainda piorada em função do arrocho fiscal (vulgo arcabouço fiscal) que está por vir, espera-se que as práticas e os negaceios do Governo Lula 3 já tenham sido suficientes para alertar lideranças e organizações indígenas quanto à forma de agir e proceder em relação ao governo - o mesmo se aplica a lideranças e organizações populares - sob pena de estarmos diante de um quadro em que se optou por tocar na banda (alheia) ainda que seja para receber o óbulo de duas mariolas e um cigarro Yolanda.

\* Marcelo Chalréo é advogado e membro titular da Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais e presidente da Comissão de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ).

\*\* Roberto Antonio Libegott é advogado e missionário leigo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Sul.

# Chamado para uma Ação Urgente

Organizações indígenas e indigenistas elaboram documento aos presidentes dos países amazônicos

Por **Francesc Comelles**, membro da Coordenação do Cimi Regional Norte I e **Lígia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Norte I

“**A** Amazônia, nosso lar ancestral, enfrenta uma seca sem precedentes que ameaça nossa subsistência e o equilíbrio ambiental global”. Assim começa o “Chamado para uma Ação Urgente” elaborado por organizações indígenas, indigenistas e socioambientais latino-americanas e encaminhado aos nove chefes de estado que compõem a Amazônia – Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. O documento encaminhado no dia 27 de outubro também foi endereçado à Secretaria Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A elaboração do chamado se dá em meio a situação de seca extrema que se abateu sob a Amazônia e suas populações este ano. As medidas paliativas e assistencialistas têm se mostrado insuficientes para enfrentamento da situação e exige uma visão mais ampla e articulada para ações contundentes e resolutivas.

No documento, as organizações alertam que a Amazônia está desidratada, que o “ponto de virada” chegou e que “os governos da Amazônia devem assumir a liderança em ações articuladas”. Elas advertem ainda para importância de se tomar medidas imediatas para conter os avanços devastadores das mudanças climáticas e para insistente implantação de projetos desenvolvimentistas em locais socioambientalmente vulneráveis. As organizações também indicam medidas de soluções específicas para resolver os problemas.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I é signatário do Chamado. A instituição, vinculada à Igreja Católica, comparte da visão do Papa Francisco expressa na Carta Encíclica *Laudato si'*, publicada há oito anos, e na recente *Laudate Deum*. Nas cartas, a Igreja mostra profunda preocupação com o cuidado da nossa Casa Comum e com o atual momento em que o mundo enfrenta as mudanças climáticas.

“As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade”, afirma o Papa na carta da *Laudato si'*.

Na *Laudate Deum*, publicada em 04 de outubro deste ano, o pontífice discorre sobre as mudanças climáticas e a extrema urgência da humanidade mudar seu comportamento diante da natureza, pois no mundo todo, em todos os biomas e ecossistemas, e especialmente na PanAmazônia, os sinais dessas mudanças estão cada vez mais evidentes.

“Nos últimos anos, temos assistido a fenômenos extremos, a períodos frequentes de calor anormal, com secas históricas como a que sofremos neste ano, assim como enchentes mais extremas ano a ano”, alerta no documento.

As ameaças e os riscos de morte em decorrência dos impactos das mudanças climáticas se intensificam a cada ano, afetando diretamente a vida de famílias de todo o mundo, especialmente da Amazônia. “Não há dúvida que o impacto da mudança climática prejudicará cada vez mais a vida de muitas pessoas e famílias. Sentiremos os seus efeitos em termos de saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas e em outros âmbitos”, alerta o Papa, na *Laudate Deum*.



Nos meses de junho, julho e agosto, o volume de chuva em toda a região amazônica ficou abaixo da média. Esse período de seca entrou para a história da Amazônia

Num mundo degradado pelas potências mundiais, por um poder que em tudo vê apenas dinheiro, *Laudate Deum* nos faz lembrar que somos parte dessa natureza, não estamos fora dela, mas pertencemos a ela e com ela devemos nos harmonizar.

“Contrariamente a esse paradigma tecnocrático, afirmamos que o mundo que nos rodeia não é um objeto de exploração, utilização desenfreada, ambição sem limites. Nem sequer podemos considerar a natureza como uma mera ‘moldura’ onde desenvolvemos a nossa vida e os nossos projetos, porque estamos incluídos nela, somos parte dela”, evoca Papa Francisco na *Laudate Deum*.

A PanAmazônia com sua floresta ainda em pé, mas correndo sérios riscos de desaparecer, é um espaço chave para a conservação da vida do planeta. No Brasil, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022 aponta que só no Amazonas estão 28,98% da população indígena do país.

Nesse sentido de pertencimento, de integração, de vida em sinergia com os seres pertencente à natureza, o Cimi destaca o papel dos povos indígenas como guardiões não mais dos recursos naturais, mas dos bens comuns que a natureza nos proporciona.

“A vida, a inteligência e a liberdade do homem estão inseridas na natureza que enriquece o nosso planeta, fazem parte das suas forças internas e do seu equilíbrio. Por conseguinte, um ambiente saudável é também o produto da interação humana com o meio ambiente, como sucede nas culturas indígenas e aconteceu durante séculos em várias regiões da terra”, enaltece o documento.



Seca no Amazonas fez com que transporte fluvial de crianças para escolas fosse paralisado em muitos locais

O grande problema atual é que o paradigma tecnocrático destruiu a ancestral relação saudável e harmoniosa de interação dos sistemas naturais «com os sistemas sociais», como bem vivenciam os povos indígenas, alerta Francisco. Porém, não é apenas dos indígenas a responsabilidade do cuidado com a Casa Comum. Essa é uma responsabilidade de todos, mas especialmente dos chefes de estado e parlamentos que conduzem as políticas que definem as formas de usufruto ambiental, se serão protetivas ou destrutivas.

O caminho apontado por *Laudate Deum* é de “responder aos novos desafios e reagir com mecanismos globais aos desafios ambientais, sanitários, culturais e sociais, sobretudo para consolidar o respeito dos direitos humanos mais elementares, dos direitos sociais e do cuidado da casa comum. Trata-se de estabelecer regras universais e eficazes para garantir esta proteção mundial”.

Essa é uma necessidade emergencial a ser estabelecida na Amazônia, um dos mais importantes biomas mundiais, o qual abriga a maior biodiversidade do planeta e que está relacionado aos regimes de chuva em todo o continente.

Este ano, assistimos diariamente pelos meios de comunicação os efeitos e consequências da pior e mais alarmante seca já vista em toda a região amazônica e essa situação traz a necessidade de buscar soluções universais em termos de regras e leis – e fiscalização – que protejam incondicionalmente o vasto e complexo território amazônico e suas vidas.

A lógica do capital estabelecida para a região com os projetos desenvolvimentistas é a principal ameaça ao equilíbrio da complexidade amazônica. Por isso, e por ser um bioma compartilhado por nove países – Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa – regras universais de proteção devem ser organizadas e implementadas por todos.

É preciso que os nove países, organizados na OTCA, trabalhem juntos, assumindo a liderança e o protagonismo de ações para frear o processo de destruição estabelecido na Amazônia, pelas empresas que a pretendem explorar sem qualquer responsabilidade. É preciso que atuem colocando as populações que ali vivem no centro das prioridades e não mais no lucro da exploração desenfreada.

Que tracem e implementem o mais urgente possível um plano de ação integrado, com metas e objetivos claros e firmes. Enquanto sociedade civil, as organizações que assinam o “Chamado para uma Ação Urgente” se comprometem a agir integrados na cobrança e contribuição com os estados na “Conversão Ecológica Integral”, em consonância com o Papa Francisco e a Igreja.

# Seca permanece e isola Terra Indígena Kwatá-Laranjal no sul do Amazonas

Os indígenas Munduruku denunciam a falta de acesso à água potável e alimentos

Por **Nicolý Ambrosio**, *Amazônia Real*

A seca extrema que afeta há cinco meses a bacia amazônica está longe de acabar e transformou os rios e igarapés em lama da Terra Indígena (TI) Kwatá-Laranjal, no sul do Amazonas. O território ancestral Munduruku fica no município de Borba e abriga também indígenas da etnia Sateré-Mawé.

Indígenas Munduruku das aldeias Kwatá e Jacaré relataram à Amazônia Real a falta de alimentos, de água potável e de navegabilidade nos afluentes do rio Madeira. A população chega a andar pela mata até três quilômetros a pé para obter água.

Na aldeia Kwatá, que fica no rio Canumã, afluente do Madeira, a liderança indígena Estélio Munduruku denuncia que falta água potável para a comunidade onde moram cerca de 400 pessoas. Segundo ele, as crianças e os idosos são os que mais sofrem, porque a água suja da lama causa muitas doenças. Uma das mais frequentes é a diarreia.

“O povo sofre com a falta de água porque o rio secou. A gente pede ajuda principalmente para o abastecimento de água, pois estamos tentando fazer poços pequenos para encontrar água para beber, mas ela não é boa por causa da ferrugem e da lama”, relata Estélio Munduruku à Amazônia Real.

A alimentação também se tornou escassa na aldeia, pois os indígenas dependem quase exclusivamente da pesca nos rios Mari-Mari e Canumã e dos roçados. A agricultura de subsistência é uma das mais afetadas pela crise climática na região.

O líder indígena afirma que nunca vivenciou uma seca como essa. “Em toda nossa existência nunca vimos uma seca extrema igual a essa, mas recordamos o que os nossos ancestrais alertavam: em nosso tempo a natureza iria mudar de tal maneira que iríamos sofrer”.

Estélio afirma que os Munduruku estão isolados na aldeia Kwatá do rio Canumã e não receberam ajuda ou apoio de órgãos públicos. “O povo Munduruku não consegue sair da TI para ir à cidade resolver problemas pessoais. Até agora nosso povo não recebeu nenhuma ajuda dos poderes públicos e pedimos agora que possam olhar pelos povos da região”.

## Educação indígena é afetada

A aldeia Jacaré, também na TI Kwatá-Laranjal, está na mesma situação de calamidade. Lá moram 12 famílias que estão isoladas. “Estamos sem poder fazer as nossas viagens porque o igarapé do Jacaré está muito seco. Não conseguimos sair daqui para ir a outras aldeias ou para Nova Olinda do Norte, a cidade mais próxima de onde a gente está”, diz o cacique Munduruku Levi Paes.

Todos os dias, desde o fim de agosto, os alunos da aldeia precisam enfrentar uma longa e perigosa descida de barranco até a beira do igarapé do Jacaré para viajar nas catraias em direção à escola mais próxima, que fica na aldeia Muçajá.

Em um vídeo enviado à reportagem, é possível observar os riscos que as crianças enfrentam para ir à escola no período de seca. “Aqui a gente enfrenta problemas com a saúde, com o bem-estar social e com a educação. A gente não tem o apoio do governo”, explica o cacique Levi.

Estélio Munduruku afirma que na aldeia Kwatá as crianças estão sem merenda escolar porque faltam alimentos. A péssima estrutura do lugar, sem mesas e cadeiras, além do calor, também incomoda e prejudica a qualidade das aulas.

“A catraia, o meio de um aluno poder ir até a escola, não está passando pelo rio e os alunos de outras aldeias nem conseguem ter mais essas aulas”, diz Estélio



**Indígenas do sul do Amazonas pedem uma ação urgente das autoridades**

O percurso dos indígenas da aldeia Jacaré para comprar alimentos e receber pagamentos foi prejudicado pela seca do igarapé. Além disso, a falta de mobilidade não permite que os moradores da aldeia consigam chegar ao Polo Base Laranjal, em caso de emergência médica.

Segundo a professora indígena Elivane Moreira de Oliveira, filha do cacique Levi Paes, quando a estiagem é “normal”, o igarapé fica seco, mas as canoas ainda saem da aldeia. “Mas a seca deste ano foi muito forte, fechou a passagem totalmente e restaram só alguns pocinhos de água”, relata.

Os moradores da aldeia Jacaré também estão sem acesso à água potável. Elivane acredita que as altas temperaturas aliadas à seca “fecharam” a terra em alguns lugares, prejudicando a instalação de um poço artesiano. “Como está seco, a água fica muito lamacenta, faz muito mal para as crianças que tomam e até para nós mesmo como adultos”.

Sem assistência dos poderes públicos, a comunidade pede ajuda para consertar o poço artesiano. Elivane chegou a criar uma vaquinha online para ajudar a aldeia Jacaré com a arrecadação em dinheiro, mas diz que ainda “há um bom caminho para percorrer” até atingir o valor que eles estão precisando. “Vamos comprar encanação para ajustar o nosso poço, já tem uma caixa d’água de cinco mil litros, mas não tem a estrutura para colocar e por isso estamos aceitando ajuda em qualquer valor”, ressalta.

A falta de comunicação é outro problema, potencializado pelas quedas constantes de energia, que chegam a durar mais de três dias. Outra necessidade é a de alimentos essenciais para os indígenas, como a farinha de mandioca. As plantações ficaram muito quentes e não se desenvolveram.

“No período de seca ficamos aqui nesse deserto. É um lugar rico em alimento como os peixes, mas para uma emergência médica ficamos com essa dificuldade de sair porque o igarapé sumiu”, afirma o cacique Levi Paes.

Elivane está espantada com a seca histórica. Ela diz que nunca viu algo parecido. “Lá na nossa aldeia ninguém da minha idade tinha vivenciado uma seca que nem essa”.

A seca histórica atinge os 62 municípios do Amazonas, segundo a Defesa Civil. São 598 mil pessoas, a maioria indígenas e ribeirinhos, necessitando de ajuda humanitária, diz o órgão. Em julho, os cientistas alertaram que a estiagem deste ano seria potencializada pelo fenômeno climático El Niño, que provoca alterações na temperatura do Oceano Pacífico e compromete o regime de chuvas na região.

A intensidade do fenômeno ficou mais forte a partir de julho. Meteorologistas ouvidos pela Amazônia Real alertam para a possibilidade de atraso na estação chuvosa, distribuição irregular e abaixo do normal na região. A condição se agravou mais ainda com o aquecimento do Atlântico Norte, que também influencia na estiagem mais intensa na região amazônica.

O período chuvoso começaria em novembro, mas as chuvas continuam abaixo da média. Até o momento, o Governo do Amazonas não decretou calamidade pública para dar uma resposta mais rápida à população.

## O que dizem as autoridades

Em nota enviada à reportagem para falar sobre a situação no município de Borba, onde fica a Terra Indígena Kwatá-Laranjal, o Governo do Amazonas afirmou que em 30 dias foram entregues ajudas humanitárias, coordenadas pela Defesa Civil do Amazonas, para 61 municípios do Estado. “Para o município de Borba, foram repassadas 1.500 cestas básicas e 1.728 litros de água mineral”, diz a nota.

Entre os envios, o governo cita cestas básicas, kits de higiene, medicamentos, insumos, alimentos oriundos da avicultura familiar e adquiridos de produtores rurais locais e água potável. “Quanto à assistência aos povos indígenas afetados pela seca no Amazonas, o governo diz que já destinou mais de cem toneladas de alimentos, atendendo cerca de 170 comunidades indígenas em todo o estado”, afirma a nota.

Procurada pela reportagem, a Defesa Civil do Amazonas respondeu que presta assistência aos indígenas afetados pela seca extrema, em parceria com a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (Fepiam).

Sobre a TI Kwatá-Laranjal, o órgão alegou que a região será atendida na próxima semana, mas que a responsabilidade é do governo federal. “Ressaltando que o Governo do Amazonas trabalha diuturnamente para atender todas as áreas indígenas prioritárias, porém é importante lembrar que a Terra Indígena Kwatá-Laranjal é de atribuição federal. A situação jurídica da Terra Indígena é homologada e sua jurisdição legal é a Amazônia Legal, por meio do Ministério dos Povos Indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas”, diz trecho da explicação.

Também procurada, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) não respondeu às perguntas sobre a assistência aos Munduruku da TI Kwatá-Laranjal.

Foto: Elivane Oliveira/Amazônia Real

# Quatro meses de seca na Amazônia

## Equipes do Cimi Regional Norte I apresentam os impactos aos povos indígenas

Alimentação, transporte e saúde foram as principais necessidades dos povos indígenas diretamente afetadas pelo fenômeno de extrema estiagem na Amazônia, diagnosticadas pelas equipes do Cimi Regional Norte I

Por **Daniel Lima**, equipe do Cimi em Lábrea, Regional Norte I, e **Ligia Apel**, da assessoria de comunicação do Cimi Regional Norte I

**H**á mais de quatro meses a seca na região norte do país é assunto da imprensa ao redor do mundo. Jornalistas de todas as regiões do país desceram até as capitais da Amazônia e partiram - por onde foi possível se locomover, em pequenas embarcações ou por via terrestre - para municípios do interior dos estados amazônicos, em busca de imagens e depoimentos que explique o que acontece com a floresta amazônica e seus povos.

Catastrófica, extrema, histórica, desastrosa, emergencial, impactante, severa. Esses foram alguns dos adjetivos adotados nas manchetes dos principais jornais para definir a situação da região. As causas apontadas são as ações antrópicas, as mudanças climáticas, o fenômeno El Niño, as queimadas descontroladas ou o conjunto de todas essas origens, como analisa a reportagem "A estiagem do Lago de Tefé e a catástrofe natural e humanitária", de Adalberto da Silva Retto Jr no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 10 de outubro<sup>(1)</sup>.

Em sua investigação, o jornalista mostra que a mortandade de botos<sup>(2)</sup> - estudada por pesquisadores do Instituto Mamirauá e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) - na região do médio Solimões, considerada o coração da Amazônia, "não deixam nenhuma dúvida de que a Amazônia está no auge de um período de transformações dramáticas devido às mudanças climáticas. O ressecamento do Lago de Tefé<sup>(3)</sup> e as cenas de botos agonizando em função da temperatura daquelas águas são provas cabais da catástrofe natural, mas também humanitária, pela qual estamos passando", atesta.

Há constatações de que parte considerável dessa realidade é consequência da negligência dos poderes públicos, do negacionismo implantado na sociedade, bem como do desenfreio e inconsequente interesse do poder econômico que, sem escrúpulos, avança mata adentro saqueando a floresta e sua diversidade para o plantio de monoculturas (especialmente da soja), expansões da pecuária<sup>(4)</sup>, exploração mineral<sup>(5)</sup> e projetos desenvolvimentistas<sup>(6)</sup>, como hidrelétricas<sup>(7)</sup> e estradas<sup>(8)</sup>, que dão suporte às suas explorações.

São cenários de desenvolvimentismos que desconsideram as populações da Amazônia e suas dinâmicas de vida, conta a reportagem de Rosiene Carvalho (texto) e Michael Dantas (fotos) "Como a seca extrema e o descaso das autoridades engoliram uma vila no Amazonas"<sup>(9)</sup>, em Sumaúma, do dia 07 de novembro. "Depois de um estrondo, precedido por silenciosa erosão, o povoado do Arumã [em Beruri, AM] virou uma gigantesca cratera. A crise climática, agravada pelo El Niño, piorou uma situação de insegurança conhecida do poder público e desconhecida dos moradores, causando a morte de duas pessoas e o desaparecimento de outras três", denunciam os autores da reportagem.

Seja como for ou de onde vem, as consequências da seca histórica na Amazônia são, realmente, alarmantes e



Seca na Amazônia afeta milhares de pessoas e de animais. Especialistas afirmam que o quadro pode piorar

preocupantes. Para os povos indígenas da Amazônia, a falta de água potável<sup>(10)</sup>, as dificuldades de transporte e a carestia de alimentos<sup>(11)</sup>, tanto pela improdutividade de seus cultivos por conta das altas temperaturas quanto pelo abastecimento de produtos alimentícios que vem de fora<sup>(12)</sup>, são os principais problemas enfrentados.

Para as equipes do Cimi Regional Norte I, que atuam nos estados do Amazonas e Roraima, e segundo os depoimentos das lideranças que conseguem se comunicar com a cidade, a situação ficou, e ainda está, muito preocupante.

### Lábrea e os impactos da seca

A equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Lábrea, no sul do Amazonas, em parceria com a Prelazia de Lábrea, é formada pelo missionário Queops Silva de Melo, pela estagiária Aila Santos e pelo assessor técnico pedagógico Daniel Lima, e atua com os povos Apurinã, das Terras Indígenas (TIs) Curriã, Acimã, Igarapé Mucum e Tumiã, todas homologadas e reconhecidas, e com os povos Paumari, Jamamadi, Jarawara e Juma, da TI reivindicada Baixo Seruini/Baixo Tumiã. Sua ação, fé e compromisso, são de incondicional defesa dos direitos indígenas.

Com esses princípios, a equipe procurou entender os efeitos e impactos da seca e fez um levantamento dos desafios



Igarapé Acimã, que banha a aldeia Morada Nova, a navegação se tornou de risco para a população

que enfrentam os povos com os quais atuam. Em Lábrea, os impactos atingiram todas as comunidades tradicionais que têm como base de sustento e meio de vida no rio Purus, mas, principalmente as comunidades indígenas, que estão mais afastadas da sede do município.

Segundo o levantamento realizado, aproximadamente, 90% das aldeias localizadas dentro do município foram impactadas e os maiores problemas relatados estão ligados à saúde, alimentação e dificuldades de locomoção pela pouca quantidade de águas nos rios e igarapés.

Na aldeia Morada Nova, Terra Indígena Acimã, o Cacique Manuel Brasil Cabral Apurinã está desolado e muito preocupado com as consequências que a seca trouxe para a produção, o peixe e a saúde das pessoas.

"Essa situação da seca aqui na nossa região está muito dura. O pescador vai mais longe. A praia do peixe aqui está muito longe porque o igarapé tá seco. E vai secar mais se a chuva não vem. A planta, o roçado tá morrendo. Tem muita queimadura e essa queimadura toda tá acabando as plantas aqui. A terra muito quente não dá mais planta, não nasce. E a saúde tá piorando, a gente não consegue mais nem dormir dentro da casa", relata o cacique, rogando ajuda à Deus. "Como é que Deus vai fazer com nós? Se Ele não nos socorrer, nós vamos morrer dentro dessa situação".

A preocupação do Cacique Manuel com o peixe, principal alimento dos povos da Amazônia, é pertinente porque lagos e igarapés estão quase secos completamente. No igarapé Acimã, que banha a aldeia Morada Nova, a quantidade de água não é suficiente para a vida e reprodução dos peixes, em consequência, eles migraram para outros locais distantes da aldeia, dificultando a pesca. O que se aplica também às caças que, não encontrando alimentação dentro do território, vão buscar em locais mais longínquos, como relata Edson Rodrigues Cabral Apurinã, da Aldeia Morada Nova da TI Acimã.

"A gente não consegue ir atrás de alimento, não consegue encontrar devido à seca, eles [peixes e caça] vão mais pro fundo [da mata ou igarapé], ou mais pra baixo, ou mais pra cima, e aí fica mais distante da comunidade, tem que ir mais longe, e aí fica mais difícil", explica.

Outro problema está intimamente ligado ao ciclo de plantio das roças de mandioca para a produção de farinha. Segundo relato de pessoas da comunidade, as manivas chegam a "cozinhar" na terra devido ao calor excessivo, fazendo com que as mudas não nasçam, e as que nascem não produzem o tubérculo.

"O mês da planta é setembro. A gente planta no começo de setembro, que é para quando for outubro, bate a chuva

1 <https://diplomatique.org.br/a-estiagem-do-lago-de-tefe-e-a-catastrofe-natural-e-humanitaria/>

2 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/09/mais-de-cem-botos-morrem-em-lago-superaquecido-no-amazonas.shtml>

3 <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/06/video-seca-transforma-lago-em-estrada-e-moradores-fazem-parte-de-travessia-em-motos-no-am.ghtml>

4 <https://www.dw.com/pt-br/o-papel-de-gado-e-soja-no-ciclo-de-desmatamento/a-52151786>

5 <https://www.dw.com/pt-br/minera%C3%A7%C3%A3o-na-amaz%C3%B4nia-agravaria-ainda-mais-o-desmatamento/a-62647073>

6 <https://infoamazonia.org/2023/04/20/projeto-da-ditadura-calha-norte-segue-sob-criticas-por-militarizacao-impactos-ambientais-e-ausencia-de-participacao-comunitaria-indigena/>

7 <https://infoamazonia.org/maps/hidretricas>

8 <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2022/09/27/governo-inicia-pavimentacao-da-br-319-e-devastacao-ja-e-vista-na-regiao.htm>

9 <https://sumauma.com/como-a-seca-extrema-e-o-descaso-das-autoridades-engoliram-uma-vila-no-amazonas/>

10 <https://revistacenarium.com.br/indigenas-munduruku-arrecadam-recursos-para-comprar-agua-potavel-no-am/>

11 <https://revistacenarium.com.br/seca-dos-rios-faz-preco-dos-alimentos-dobrar-no-interior-do-amazonas/>

12 <https://revistacenarium.com.br/liderancas-indigenas-de-rr-relatam-falta-de-agua-e-temem-efeitos-da-estiagem-em-comunidades/>





Aldeia Terra Sagrada, Terra Indígena Caititu. O fogo chega muito perto das casas

e já começa a nascer bonito. Mas, agora, não está acontecendo isso. Está nascendo, mas não como era antes. É uma roça meio atrasada comparado com os anos que já foi passando. A gente plantava e pouco tempo [a planta] ficava bonita. Agora, algumas morre e outras falham. Porque a gente planta, aí, quando o sol tá bem quente, bate a chuva [pouca e rápida] e escalda tudo e não nasce, morre mesmo”, explica o Apurinã.

O depoimento de Edson mostra que o tempo seco trouxe relevantes mudanças na agricultura, cultura e modos de vida dos povos indígenas de Lábrea. Segundo os relatos de Edson e outras lideranças Apurinã, o ciclo dos plantios de roçados mudou e não se sabe mais ao certo quando é o tempo propício para se plantar os alimentos. Nem mesmo o Awere - planta utilizada para fazer o rapê que é usado culturalmente -, comercializado por vários povos dessa região, conseguiu sobreviver e está em falta.

A seca e o calor intenso também trouxeram poeira e fumaça das queimadas (roçados e focos de incêndio nas matas), com elas vieram problemas de saúde, especialmente respiratórios. Essa situação se tornou mais complexa pelo fato de as equipes de saúde indígena não conseguirem chegar às aldeias por causa da dificuldade de locomoção nos igarapés, como explica Edson.

“Quando é de noite, a gente se sente sufocado. Quando vai dormir respira aquele ar meio estranho. Não é um ar como era antes. É ruim. Aí, vem a tosse, assim do nada. Gripe, por exemplo, em casa a gente só pegava quando ia pra cidade e trazia, mas agora a gripe aparece do nada”, descreve e relata que a situação fica pior com os igarapés secos que impedem as equipes da Sesai chegar nas comunidades. “Dificulta tanto o acesso para nós, como para a equipe [de saúde] que sempre vem, que fica sem acesso pra vir até aqui. E nem nós conseguimos ir até eles. As canoas não passam”, conclui.

A seca na calha do rio Purus também está assolando as aldeias da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati. O rio Cainã, uma das principais vias de acesso às aldeias, está demasiadamente seco, e isso está impossibilitando o transporte de alunos, a entrada da equipe de saúde e, principalmente, a pesca. São aproximadamente 10 aldeias que estão sofrendo com esta realidade.

Já na TI Caititu, que está localizada ao lado da sede do município, o problema mais relatado são as queimadas. Domingas Lopes Quintino Apurinã, da Aldeia Terra Sagrada, relata a saga que sua aldeia enfrentou para controlar o fogo que tomou conta do território.

“O fogo não apagava, a gente conseguia controlar um pouco, mas depois o vento subia [o fogo] de novo. Quando chegou ao pé das plantações, tentamos amenizar. Pegava um pedaço de pau com folhas e tacava no fogo. A gente corria pra um canto, corria pro outro, ajudava os vizinhos e a família, ligava o poço, carregava o balde de água na cabeça. Chamamos o corpo de bombeiro. Eles vieram, entraram na nossa aldeia umas cinco vezes. Apagavam, mas quando

dava fé, o vento vinha e o fogo levantava de novo, a gente acionava de novo o corpo de bombeiro”, conta com aflição.

A TI Caititu está cercada por fazendas de gado que usam do fogo na limpeza de seus pastos. Os indígenas desconfiam que esse fogo se descontrolou e invadiu seu território, causando desgastes e danos às plantações, matando e expulsando animais. Domingas relata que a prática dos fazendeiros não chegava na aldeia, mas com a estiagem intensa, ela acredita que esse fogo saiu do controle.

“A gente acha que esse fogo veio da área das fazendas, porque a gente não tocou fogo na aldeia. Quando a gente viu, o fogo já estava vindo da parte da frente [da aldeia]. Dois dias antes [do fogo chegar na aldeia], a gente passava pelo caminho e avistava fumaça. Mas, pensava que era normal ver a fumaça. Só que, de repente, o fogo que era da fazenda da frente logo atingiu nossa aldeia, que fica só a dois quilômetros”, informou, elencando os prejuízos que tiveram.

“A gente se prejudicou muito. Pegou fogo em uma casa de farinha. Queimou a maioria das nossas plantações, pegou fogo no roçado de vários parentes. Perdemos o plantio de cupuaçu, pupunha, andiroba, castanheira, abacaxi, bananeira. Não foi só a minha família. Eu creio que quase 70% da nossa aldeia foi prejudicada”, conta com tristeza pela perda dos produtos, mas com maior aflição pelos problemas de saúde decorrentes do enfrentamento ao fogo descontrolado.

“Foi com a fumaça que respirei que eu adoeci, que me deu edema pulmonar. Devido [o fogo] chegar perto das nossas plantações e das nossas casas eu inalei bastante fumaça. Porque não foi um dia, não foram dois dias, não foi uma semana, mas quase um mês. Comecei a ter febre e frio, dor no corpo e fui no hospital. Com o raio X, o médico descobriu o edema e me perguntou o que eu tinha inalado. Falei que tinha inalado muita fumaça e ele confirmou que foi isso que me deu a ‘água no pulmão’.”

Assim como Domingas, outras pessoas tiveram um quadro de saúde agravado, aumentando o índice de doenças pulmonares. Domingas foi internada com derrame pleural, devido a inalação de alta quantidade de fumaça que causa tosse intensa, inflamação nas vias aéreas e acúmulo de líquido entre os tecidos dos pulmões e tórax.

A dura realidade vivida pelos povos indígenas de Lábrea, nestes tempos tão adversos, estende-se por toda a região amazônica e a insegurança de quando isso terá fim, aumenta a cada dia sem chuva.

No fechamento da matéria, no dia 23 de novembro, as chuvas voltaram a cair com intensidade na região de Manaus e arredores, chegando a mais de 38 ml de precipitação<sup>13</sup>.

13 <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/11/23/chove-acima-de-30-milimetros-no-amazonas-inmet-preve-mais-chuva.ghtml>

## Impactos aos povos de atuação do regional

### Calha do Javari e alto Solimões

**Municípios:** Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá e Tabatinga.

**Povos:** Kanamari, Matis, Marubo, Mayoruna e Ticuna.

**Impactos:** Situação de emergência: necessidade de dragagem do rio Solimões entre Benjamin Constant e Tabatinga(1); Segundo o presidente da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Bushe Matis, as dificuldades dos povos da TI Javari foram de deslocamento e água potável. “Tivemos dificuldade de deslocamento, ficou difícil chegar nas aldeias ou de os parentes da região saírem das aldeias para vir à cidade resolver seus problemas ou receber seus benefícios. Outro problema foi a água potável. Não tem como fazer cacimbas, então usaram mais água do rio, que não é lamacenta, porque o igarapé secou”.

### Calha do Médio Solimões

**Municípios:** Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa e Jutá.

**Povos:** Kokama, Kambeba, Miranha, Mayuruna, Apurinã, Tikuna e Kanamari.

**Impactos:** Mortalidade de peixes, botos e outros animais aquático; Perdas na produção agrícola familiar; Isolamento das comunidades; Águas de lagos e igarapés poluídas.

### Calha do Juruá

**Municípios:** Itamarati, Carauari, Eirunepé e Ipixuna.

**Povos:** Deni, Madija Kulina e Kanamari

**Impactos:** Impossibilidade de navegação; Isolamento das comunidades; Produção baixa.

### Calha do Baixo Madeira

**Municípios:** Autazes, Careiro da Várzea e Nova Olinda do Norte

**Povos:** Mura e Maraguá.

**Impactos:** Isolamento das comunidades; Dificuldades na navegação; Queimadas descontroladas e focos de incêndio; Péssima qualidade do ar; Para água potável, algumas comunidades construíram cacimbas; Dificuldades de funcionamento das escolas. Uma comunidade construiu ponte.

### Calha do Madeira

**Municípios:** Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Auxiliadora

**Povos:** Teharim, Apurinã e Pirahã.

**Impactos:** Isolamento das comunidades; Dificuldade de caça, pesca e produção; Queimadas.

### Calha do Purus

**Município:** Lábrea

**Povos:** Apurinã, Paumari, Jarawara, Jamamadi e Juma

**Impactos:** Dificuldades na navegação; Queimadas descontroladas e focos de incêndio; Escassez de alimentos: caça, pesca e produção; Péssima qualidade do ar, o que levou à sérias doenças pulmonares.

### Roraima

**Regiões:** Serras, Raposa, Missão Surumu, São Marcos/Murupu, Serra da Lua, Amajari, Taiano, Baixo Cottingo, Médio e Baixo São Marcos e Missão Catrimani (Yanomami).

**Povos:** Yanomami, Y'ekuana, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona, Ingariko e Saporá;

**Impactos:** No município de Uiramutã, aldeia Monte Moriá 2, tiveram uma chuva de granizo. A chuva durou meia hora; Serra da Lua enfrentou seca e temporais desproporcionais. As altas temperaturas provocaram incêndios. Em Mururu, os telhados de palha se incendiaram e muitas casas foram perdidas. Também, as tempestades destruíram casas e plantações; Em Taiano a escola estadual foi parcialmente destruída durante um temporal; TI São Marcos (Serra do Truaru), temporal com rajada de ventos fortes destelhou casas, derrubou árvores e a escola teve o muro derrubado, telhado e outras partes destruídas; Há falta de água em todas as regiões; O pasto está secando, os animais têm dificuldade de se encontrar alimento; O lavrado (campos gerais de Roraima) está seco e os pés de caimbé (vegetação do lavrado) estão morrendo; Nas áreas de cultivo das comunidades, as plantações de macaxeira, matéria-prima para a produção de farinha, beijú, goma e outros alimentos, estão secando, e as poucas que sobram não têm qualidade. Sementes em geral estão secando; Água poluída gerou muitos casos de diarreia e vômito; O poço de Urubuzinho secou e precisam caminhar por muitos quilômetros para buscar água em um lago nas proximidades do território.

1 [https://bocasenoticias.blogspot.com/2023/10/dragagem-do-rio-solimoes-entre-benjamin.html#google\\_vignette](https://bocasenoticias.blogspot.com/2023/10/dragagem-do-rio-solimoes-entre-benjamin.html#google_vignette)

# COMUNIDADE XOKLENG

## “As casas que já foram empurradas para os pés de morro e encostas correm um sério risco de desabamento”

“As comportas foram fechadas para conter as cheias nas cidades baixas, mas quem ‘pagou o pato’ por causa da falta de planejamento foi a comunidade indígena”, diz o advogado do Povo Xokleng e assessor jurídico Cimi

Por Instituto Humanitas Unisinos – IHU

O fechamento da Barragem Norte, no rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina, em outubro de 2023, por determinação do governo estadual para reduzir o impacto da inundação nos municípios de Rio do Sul e Blumenau, em função das enchentes, atingiu diretamente a comunidade indígena Xokleng, que vive dentro da Terra Indígena Ibirama/Laklãnô.

Desde então, “as famílias atingidas estão em situação precária dentro do território, em barracos improvisados ou foram para a casa de algum vizinho, mas sem condições sanitárias adequadas”, informa Rafael Modesto em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Segundo ele, “a água tomou conta de várias casas, inundou áreas de plantação, as estradas, atingiu a rede elétrica e as pessoas ficaram sem acesso à internet. A situação é de calamidade em função de uma ação temerosa, praticada pelo governo catarinense, com apoio do aparato policial, que fechou as comportas e fez com que a água invadisse as residências, deixando desabrigadas várias famílias Xokleng”.

Modesto comenta a situação das comunidades, critica a ação do governo estadual e menciona os riscos socioambientais a que as comunidades estão submetidas em função da barragem e da não demarcação das terras. “O risco de desabamento não é de hoje. As casas que já foram empurradas



Foto: Jussara Djajuy/Acervo pessoal

para os pés de morro e encostas correm um sério risco de desabamento. A situação da barragem é delicada demais e carece de um enfrentamento por parte do governo federal. Mas o que vai resolver a situação é a demarcação e regularização das terras indígenas. Ela precisa ser finalizada para os indígenas

saírem dessa situação desconfortável, que é morar nas encostas e nas margens da represa, com risco de alagamento”.

Leia a seguir a entrevista com Rafael Modesto, advogado do Povo Xokleng e assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Assine o  
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5  
PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

# ENTREVISTA **Rafael Modesto**

**1** **IHU – Indígenas reclamam do abandono do governo catarinense depois de chuvas no Vale do Itajaí. Qual é a situação da comunidade neste momento?**

**Rafael Modesto** – A situação da comunidade é bastante delicada, mas o fator central é a demora na demarcação e regularização do território do povo Xokleng. De fato, as coisas vão se resolver à medida que eles puderem tomar posse da totalidade da área e poderem se afastar da barragem, com a abertura de novas estradas. Até lá serão adotadas medidas paliativas que não resolvem a situação.

As medidas a serem adotadas são de competência do governo federal porque esta é uma terra da União e de usufruto exclusivo de ocupação tradicional indígena. Toda e qualquer intervenção, se for necessária, não é de competência da polícia militar, mas, sim, do governo federal. O que o governo catarinense fez, de forma truculenta, ferindo algumas lideranças indígenas, está completamente em desacordo com a legislação constitucional que regula a matéria. Sua ação temerosa é inconstitucional. O governo estadual deveria ter solicitado ajuda ao governo federal. Inclusive, algumas medidas e decisões tomadas pelo governo afrontam a Constituição. Ou seja, a polícia militar não pode agir naquele território.

As famílias atingidas estão em situação precária dentro do território, em barracos improvisados ou foram para a casa de algum vizinho, mas sem condições sanitárias adequadas. A água tomou conta de várias casas, inundou áreas de plantação, estradas, atingiu a rede elétrica e pessoas ficaram sem acesso à internet. A situação é de calamidade em função de uma ação temerosa, praticada pelo governo catarinense, com apoio do aparato policial, que fechou as comportas e fez com que a água invadissem as residências, deixando desabrigadas várias famílias Xokleng.

**2** **IHU – Segundo notícias publicadas na imprensa, a barragem que fica na Terra Indígena Ibirama/Laklãno foi fechada para reduzir o impacto da inundação de municípios como Rio do Sul e Blumenau, mas alagou parte do território onde vivem cerca de 4.700 pessoas em dez aldeias. Você tem informações sobre o caso?**

**Rafael Modesto** – As comportas foram fechadas para conter as cheias nas cidades baixas, mas quem “pagou o pato” por causa da falta de planejamento foi a comunidade indígena, cuja barragem tomou suas melhores terras. Não é competência do governo estadual administrar aquela barragem. A competência é da União. Além de ter sido construída sem o consentimento da comunidade, na época da ditadura militar, na barragem não foram feitas as devidas reformas e manutenção. Quando fecharam as comportas, havia o risco de estourar a estrutura da barragem por não suportar o peso das águas e atingir as comunidades que vivem abaixo. Se a barragem tivesse estourado, a inundação teria sido maior.

É possível que haja uma irresponsabilidade dos órgãos públicos encarregados pelo fechamento da barragem, pela via da força, inclusive ferindo indígenas. Antes do fechamento das comportas, era necessário um plano, um estudo, sobre a situação da estrutura física da barragem. É uma situação de calamidade que carece de um planejamento federal para que não volte a acontecer.

“A situação é de calamidade em função de uma ação temerosa, praticada pelo governo catarinense, com apoio do aparato policial, que fechou as comportas e fez com que a água invadissem as residências, deixando desabrigadas várias famílias Xokleng”



Foto: Jota/Divulgação

**3** **IHU – Quais os riscos ambientais no entorno da terra indígena dos Xokleng em função do alagamento do território? Fala-se de fortes riscos de desbarrancamentos porque a barragem assoreou boa parte das terras. Qual é a situação?**

**Rafael Modesto** – O risco de desabamento não é de hoje. Quando a barragem sobe, na volta o barranco desce junto. As casas que já foram empurradas para os pés de morro, e encostas correm um sério risco de desabamento. A situação da barragem é delicada demais e carece de um enfrentamento por parte do governo federal. Mas o que vai resolver a situação é a demarcação e regularização das terras indígenas. Ela precisa ser finalizada para os indígenas saírem dessa situação desconfortável, que é morar nas encostas e nas margens da represa, com risco de alagamento.

**4** **IHU – Os indígenas reclamam da falta de um plano de segurança para situações semelhantes. O que poderia ser feito neste caso?**

**Rafael Modesto** – Os indígenas reclamam da falta de planejamento, da inexistência de um plano para lidar com a situação. O governo catarinense até teria uma responsabilidade, mas a administração tem que ficar a cargo do governo federal. O estado de Santa Catarina teria que ter uma responsabilidade subsidiária porque a terra indígena está naquele estado, mas a competência é federal.

Deveria haver uma parceria com os órgãos competentes, sob a regência do órgão federal para lidar com essa situação de alagamento, mas não existe relação entre os entes federados para lidar com a demarcação das terras dos Xokleng. É necessário e razoável que a demarcação aconteça; inclusive, existe uma decisão judicial transitada em julgado determinando que, além dos cuidados de manutenção da barragem, existam políticas públicas suficientes.

“Ainda há a possibilidade de derrubada do veto. Esperamos que o STF declare inconstitucional mais uma vez a tese do marco temporal, se necessário”

**5** **IHU – Como avalia os desdobramentos em torno da decisão do presidente Lula acerca do marco temporal? Como a decisão repercutiu entre as comunidades indígenas que você acompanha?**

**Rafael Modesto** – O presidente Lula, como chefe do Executivo, vetou a parte do projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que trata da tradicionalidade da ocupação da terra. O que versou sobre a demarcação e o reconhecimento de terra indígena foi vetado, que é justamente a parte do marco temporal, seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal (STF), que o declarou inconstitucional. O Congresso ficou isolado na discussão referente à demarcação das terras indígenas. A posição do Executivo e do Judiciário é um aceno de que estes poderes abrem margem para a regularização e demarcação dos territórios, como é o caso do povo Xokleng, que aguarda há muitos anos pela devida regularização do seu território. Ainda há a possibilidade de derrubada do veto. Derrubando o veto, a lei passa a ter validade e, mais uma vez, o STF vai ter que se debruçar sobre a matéria. Esperamos que o STF declare inconstitucional mais uma vez a tese do marco temporal, se necessário.

Nas comunidades, a repercussão do afastamento do marco temporal foi de comemoração porque o grande problema para a demarcação das terras é a tese do marco temporal. Ela afastada abre mais possibilidade para as demarcações. Mas temos outro problema, que é a questão orçamentária: o governo vai precisar ter as condições orçamentárias para dar continuidade às demarcações. Não adianta terminar a demarcação se não for feita a indenização dos agricultores de boa fé. Sem a indenização, vai haver a retenção, pelo ocupante, da terra até que seja depositado o valor em controverso da área. Somente depois o agricultor vai sair da terra para os indígenas tomarem posse.

O governo está maturando essa situação que o Supremo criou e vai precisar criar as condições necessárias para indenizar as pessoas, apesar da circunstância difícil do ponto de vista das finanças. Caso isso não aconteça, vamos assistir a uma enxurrada de ações por integração de posse e disputa possessória, com riscos de conflito físico e violência. Quem corre mais perigo nessa situação toda são os indígenas.

# COP 28: oportunidade ou derrota?

A luta para reequilibrar o clima no Planeta não se dá a partir de soluções tecnológicas, sem a coragem de mudar radicalmente o sistema que nos condenou à crise atual

Por **Padre Dário Bossi**,  
 missionário comboniano e assessor da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)\*

**E**m muitas regiões do Brasil estamos sofrendo o flagelo de eventos climáticos extremos: fortes ondas de calor e seca, com incêndios descontrolados na Amazônia; chuvas violentas e enchentes no sul do país. Encontramo-nos no tempo de uma crise climática profunda, que alguns definem como “polícrise”, isto é, uma composição de crises que se amplificam uma com a outra, tornando a situação mais grave que a somatória das consequências de cada uma delas.

O Papa Francisco, em sua exortação apostólica “Laudate Deum” (“Louvado seja Deus”, na tradução do latim), publicada em 4 de outubro de 2023, refere-se à COP 28 em termos de urgência: é uma oportunidade que não admite mais falhas; é indispensável tomar decisões radicais para enfrentar a “ebulição global”, como a definiu o Secretário Geral da ONU.

O problema é que a COP 28 acontecerá em Dubai, nos Emirados Árabes, um país que ainda depende quase exclusivamente da extração petrolífera. A presidência desta COP foi concedida ao Sultão Al Jaber, CEO da companhia nacional de petróleo. Pela primeira vez em uma Conferência climática da ONU, haverá um pavilhão dedicado à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Tudo indica, portanto, que a Conferência será, na prática, uma oportunidade de negociação e de inclusão dos interesses das empresas nos negócios da assim chamada “economia verde”, que só de modo fictício visa enfrentar a emergência climática.

Alguns pesquisadores definem esta COP como “uma feira de emissões de gases de efeito estufa”. O desafio tornou-se ainda maior pelo contexto da guerra entre Israel e Hamas: num momento em que a governança global revela toda sua fragilidade, vai ser muito difícil chegar a acordos climáticos, inclusive a partir do contexto de um país árabe, indiretamente envolvido no conflito.

De qualquer modo, organizações e representações dos movimentos e povos originários de diversas partes do mundo estarão presentes em Dubai, para continuar fazendo incidência política a partir do grito das comunidades e da natureza. Também a Igreja se fará presente, assim como o Papa Francisco confirma sua presença.

Um dos objetivos principais é conectar a COP 28 com as edições seguintes, estabelecendo um processo de mobilização que leve até à COP 30, que acontecerá na Amazônia brasileira, em Belém do Pará.

Nossa compreensão é que a luta para reequilibrar o clima no Planeta não se dá a partir de soluções tecnológicas, sem a coragem de mudar radicalmente o sistema de extração, consumo e descarte que nos condenou à crise atual. “Mudar a história do clima” é possível a partir dos territórios, onde as comunidades promovem e sonham seus planos de vida, com iniciativas de economia local integrada com o meio ambiente, circular, de baixo impacto, distribuindo oportunidades e respeitando o acesso de todas as pessoas aos bens comuns.

Um caminho eficaz é fortalecer e interconectar territórios onde se promovem estes estilos de vida, provocando os acreditar e investir neles. Obviamente, isto comporta também uma reorganização profunda das relações entre os sistemas de vida no campo, na cidade e na floresta.

Muitos destes temas foram discutidos também na Cúpula dos Presidentes da Panamazônia, em Belém, no mês de julho deste ano. Frente à reunião oficial dos mandatários dos governos, houve um forte recado dos povos, com a concentração de mais de 30 mil pessoas e uma presença marcante dos povos indígenas e quilombolas, das comunidades tradicionais, dos movimentos populares, das organizações e redes. Uma das propostas mais contundentes era o modelo “80x25”, que exigia desmatamento zero e a meta de 80% da floresta em pé até 2025. Infelizmente, o resultado da Cúpula dos Presidentes foi muito aquém das reivindicações e dos documentos que a sociedade civil construiu.

Além do desmatamento zero, uma pauta muito clara da sociedade civil e dos povos é a moratória da extração de petróleo na Amazônia. Uma vitória importante, neste sentido, deu-se no Equador, logo após a Cúpula, em agosto. Um referendo popular, com forte mobilização no país inteiro, determinou que numa parte do parque nacional de Yasuni, na Amazônia equatoriana, fosse suspensa a extração de petróleo e fossem desmanchadas as instalações das empresas.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tomou posições corajosas na Cúpula, afirmando que a extração de petróleo hoje está em profunda contradição com o desafio de redução das emissões de carbono e que, a maior razão, na Amazônia deveria ser impedida. Trata-se de um desafio urgente e radical para o Brasil que, ao contrário, ainda sinaliza interesse em abrir poços no mar, na chamada “Margem equatorial”, logo em frente à foz do Rio Amazonas. Estas e várias outras reivindicações, apresentadas na Cúpula de Belém, serão levadas a Dubai neste mês de novembro e voltarão com força na COP 30.

Uma “Coalizão dos Povos por Justiça Climática” está organizando um processo participativo e popular muito interessante, em vista da COP 30, com etapas relevantes daqui até novembro 2025, como o Fórum Social Panamazônico (FOSPA), que acontecerá na Bolívia em junho de 2024, e o Fórum Social Temático sobre mineração, que acontecerá no Brasil em 2025.

Outro tema tratado na Cúpula dos presidentes em Belém, junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), é uma reivindicação estruturada e formal da sociedade civil organizada, para que a OTCA tenha uma componente social permanente. É indispensável garantir à sociedade civil presença oficial e permanente nos espaços de tomada de decisão e de definição das políticas da Panamazônia. Da mesma forma, precisa reorganizar mecanismos de participação efetiva dos povos na ONU e nas Conferências das Partes sobre o Clima. É urgente, finalmente, uma reforma da ONU que garanta a superação dos mecanismos de veto de poucos países sobre os demais e consolide uma autoridade supranacional que garanta governança global em vista da paz e do enfrentamento da crise climática.



Acampamento Terra Livre (ATL)2023

\* Publicado originalmente em Le Monde Diplomatique Brasil

# ENTREVISTA Cacique Babau

## “O Brasil é um país sem caráter”

Alvo de ofensas proferidas por Gilmar Mendes, o líder Tupinambá fala sobre o Marco Temporal e a autonomia indígena

**Publica** | **Jornalismo Investigativo**

Por **Spensy Pimentel** | Edição: **Marina Amaral**

Entre agosto e setembro, durante o julgamento do chamado “marco temporal” pelo Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes terminou por declarar seu voto pela invalidação da tese, ainda em disputa no Congresso. Ao longo das audiências, porém, o ministro causou indignação no movimento indígena ao disparar uma série de comentários considerados ofensivos, enquanto pedia apartes durante as declarações de voto de outros ministros. Um dos alvos de Mendes foi o Cacique Babau, liderança da aldeia Serra do Padeiro, uma das 22 comunidades da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, situada entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia.

Os ataques a Babau e os Tupinambá se repetem desde que esses indígenas resolveram reivindicar a demarcação de suas terras, no início dos anos 2000, iniciando um processo de retomadas em áreas que somam 47 mil hectares. Hoje, apesar de o processo de demarcação não ter sido oficialmente concluído, eles já ocupam quase 80% dessa área, depois de ações de retomada que evoluíram para um tal grau de confrontos que, em 2014, o governo federal chegou a editar um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), levando as Forças Armadas à região.

Ao longo desse processo de recuperação das terras tradicionais de seu povo, Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau, foi preso quatro vezes. Babau não é a única liderança indígena ameaçada na região, embora seja talvez o mais conhecido. Em 2009, numa revista do grupo Globo, foi chamado de “o Lampião Tupinambá”.

Curiosamente, o apelido se assemelha ao que foi dado a outra liderança Tupinambá, Marcellino Alves, que nos anos 1920 liderou a oposição à construção da ponte sobre o rio Cururupe e foi chamado na imprensa de “Lampião mirim”. Também como Babau, ele foi acusado, por fazendeiros da região, de ser negro e não indígena. Por essa e por outras, o líder indígena diz, na entrevista, que a história, na região, se repete como num “looping”.

Reconhecido na área de direitos humanos e no meio acadêmico por sua atuação como liderança indígena e defensor de direitos, Babau diz que prefere mesmo é ficar em sua casa, no belo cenário da aldeia da Serra do Padeiro. Em meio a morros e áreas remanescentes da Mata Atlântica, ele e seus companheiros plantam suas roças e cuidam das áreas de agrofloresta onde se desenvolve o cacau – carro chefe da economia da região e um dos motivos principais da disputa ferrenha que os fazendeiros locais mantêm com os Tupinambá, pois a terra indígena está repleta de áreas propícias para esse cultivo.

Também são cobichadas as praias da região entre Ilhéus e Una, onde os grandes condomínios avançam, enquanto o governo federal demora a ordenar a demarcação e a homologação da terra indígena, cujo relatório de identificação foi publicado em 2009.

Já os Tupinambá, como diz Babau, simplesmente seguem onde sempre estiveram, desde antes da chegada dos portugueses na Costa Sul da Bahia, em 1500. Na entrevista a seguir, concedida na aldeia em que vive, com a conversa entremeada por suas risadas contagiantes, ele mostra por que é hoje uma das mais reconhecidas vozes do movimento indígena nacional.



**Cacique Babau Tupinambá segura imagem da repressão policial ocorrida nas manifestações dos 500 anos do descobrimento, no ano 2000**

**Há poucas semanas, o sr. foi citado em meio aos debates do STF sobre o marco temporal. Muitos, talvez, não o conheçam ainda. Para esses, quem você diria que é Babau?**

Eu não sei, é uma resposta...(rs)

**Ou melhor, então, como você se define?**

Mas aí você arrumou confusão também, eu não me autodefino não. Agora: Nós, Tupinambá – aí não é Babau, é nós, Tupinambá – somos aqui do pé da Serra do Padeiro, somos os Tupinambá da mata. Existem os Tupinambá da praia e os Tupinambá da mata. Nós somos da mata. Vivemos aqui desde antes de 1500. Continuamos aqui e vivemos aqui, um grupo familiar todo. É isso. Isso é nós (risos).

**E você podia falar um pouco de onde você nasceu?**

[Nasci] onde você está. Todos, desde meu avô, todos nasceram aqui. Então, todo mundo, essas crianças tudo, e todos que estão aqui, os pais, os avós, todos nasceram aqui. Nunca foram de outro lugar.

**O que mudou de lá para cá, de quando você nasceu até agora?**

Nada. Em qualquer época que você pegar, a questão é a mesma: o povo tentando tirar nós do pé da serra. Se você pegar em 1500, os anos subsequentes, é isso. Se você muda e vem pro governo Getúlio Vargas, de 1930 pra cá, também é todo mundo guerreando, eles querendo assumir essa região. Se chegar nos anos 1980, quando estavam fazendo a Constituição, conflito aqui, o povo querendo tomar essa região, e nós fazendo enfrentamento. Se chega do ano 2000 para cá também, aí sim, mas agora com uma luta mais aprofundada, e nós chegamos.

O que mudou? Se você pegar todas as reportagens que faziam contra nós de 1926 a 1940 na imprensa, sobre

os Tupinambá da Mata, vai encontrar as mesmas falas, as mesmas coisas que são publicadas hoje. Ou seja, as pessoas não inovam, elas continuam querendo desconstruir quem tem direito, porque todos querem assumir o direito do outro, que eles acham que é pobre. E tem uma coisa muito ruim no nosso país: cultura é quem tem cultura europeia, que pode tomar tudo que todo mundo tem, e os outros que não são da cultura europeia têm que perder tudo que têm... Pouca gente parou pra pensar, mas o Brasil funciona assim: todos os deputados, senadores que estão lá, se sentem europeus e acham que qualquer outro, que é nativo do Brasil, não tem direito.

**Quando você está falando dos anos 1930, está falando também de Marcellino?**

Exatamente. Tem que saber que Marcellino não é Marcellino, Marcellino era mais de 1000 famílias juntas. É claro que ele ficou martirizado, assim como é hoje. Quantas famílias são hoje? São mais de 5.000 pessoas. Mas aparece mais o nome de Babau, né?

**E o que você acha que o Brasil precisava saber sobre a luta de Marcellino, sobre a luta dessa época?**

Eles não precisam saber mais não, eles têm todas as informações. E porque no Brasil quem governa esconde as coisas para que eles manipulem da forma deles. Então, quando interessava a eles, a nossa luta era de comunista. Porque o comunismo fazia perder todos os direitos sobre suas terras. Hoje eles chamam as pessoas de bandidos, falam em formação de quadrilha e criam outras regras para violar direitos. E ainda dizem assim: um povo integrado deixa de pertencer. É coisa de doido, né? Que o brasileiro que fala inglês não deixa de ser brasileiro, o que fala espanhol não deixa de ser brasileiro. E por que o índio deixa de ser por

falar outro idioma? Apesar de ter sido obrigado a falar outro idioma. Entendeu? Tem muita coisa que não somos nós, eles lá é que tem que explicar... E como tem documentos demais na mão deles, eles é que têm que se explicar (risos).

**E essa região aqui em particular, é uma região para a qual se tem uma fatura de documentos desde o século 16...**

Aqui você tem documentação desde 1500. Porque é a única região que nem a Coroa portuguesa e nem o Estado brasileiro conseguiram ocupar. O coronel não conseguiu entrar porque nós impedimos. A escravidão não chegou nessa região também porque nós impedimos. Então a escravidão só chegou até o rio do Engenho, mas depois de 1545, depois de a gente ter queimado todos os outros engenhos. O único engenho que sobrou foi o Engenho de Santana, que é o único lugar, aqui nessa região nossa, onde chegou escravo africano. O restante continuou domínio dos Tupinambá sem poder ninguém interferir. E esse é o ódio supremo de todos: nunca ter conseguido mover os Tupinambá.

**Então é como se fosse uma repetição de uma história que acontece há muito tempo...**

É isso. Você fica num looping o tempo todo. Toda hora volta a mesma coisa (rs).

**Qual é sua expectativa com relação à demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença?**

Não tem expectativa. Aqui já está resolvido. Venha cá: durante 500 anos, quem foi que morou aqui? Nós. Alguém conseguiu nos remover um milímetro? Aquele que entrou, morreu, sumiu, desapareceu e continuamos nós. Não sei onde alguém disse que tem alguém aqui com um título de 100 anos, porque até hoje ninguém tem título aqui dentro (rs). Entendeu? É a nossa terra, uma terra muito boa, não tem como alguém mexer.

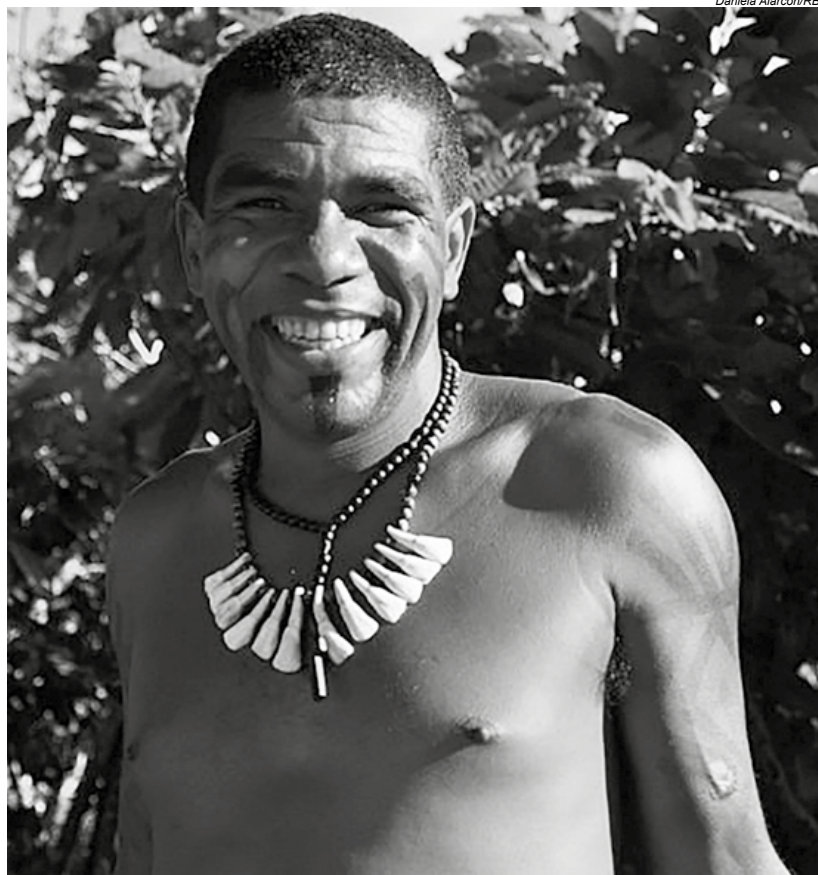
**Em que situações você começou a se ver, a se colocar como uma liderança nessa luta recente do povo Tupinambá?**

Nós não botamos. Aí está a questão. O Tupinambá não se bota nunca como líder. Essa é a grande diferença de qualquer outra etnia. Na hora que os Encantados determinam que uma pessoa é aquela e pronto, é a ela que toca. E os outros, não adianta tentar, porque nunca vai conseguir passar as barreiras. Cada um nasce com seus dons próprios.

Os Encantados são parte de nós, e nós somos parte deles. A nação Tupi não existe sem os Encantados. Nós não perdemos jamais nossa cultura e não podemos ser integrados à comunhão nacional porque nossa cultura não é nossa, ela pertence a imortais. Diferente dos outros que querem adquirir cultura. Nós não. Nós podemos conhecer qualquer cultura do mundo, não importa qual seja ela, sem sair daqui. Nós conhecemos o universo sem precisar sair do espaço em que estamos. Não tem como ficar identificando essas questões, porque o sabidão diz que lê uma Bíblia e constrói um Deus. Nós somos fruto de um Deus construído por Ele todo dia. Há uma diferença. A nossa sabedoria, toda vez que nós não sabemos, nós puxamos os nossos cantos que são ensinados por eles para invocá-los, e, na hora que a gente canta, eles vêm e dizem 'A sua dúvida é essa, resolve assim. E seu próximo canto é esse'. E nós começamos a ensaiar aquele canto de volta. Então isso só quem tem somos nós (rs).

**Mas você se lembra do momento específico em que foi se dando conta desse chamado a ser uma liderança do seu povo?**

Não, não. É assim: os velhos sentam, bota todo mundo e conversam, informam as coisas e tudo. Aqueles que conseguem daqui a um ano contar o que aconteceu, o que foi falado hoje, eles têm um dom diferente daqueles que não lembram nada depois de um mês, não é? Por exemplo, eu sei contar a história de todos que meus avós, meus bisavós contaram. Não importa qual seja ela, eu lembro. Mas quantos outros lembram? Então, essas coisas, quando você tem uma família grande, na hora que vocês sentam, 'ah, o tal da família que lembra, busca ele', não é isso? Não tem jeito, não é ele que se posicionou. São aqueles que não lembram da história que posicionam aquele que lembra. Chama fulano que ele lembra, que foi o pai de fulano, o avô de sicrano. E aí aquela pessoa chega e narra tudo pra todo mundo. Aí todo o mundo renova o conhecimento. Então não são as pessoas



**Cacique Babau, liderança da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada no litoral sul da Bahia**

que se colocam, são os demais que colocam a pessoa. Não tem como ser diferente.

Por que o índio hoje está sofrendo tanto? Porque está querendo falar a linguagem do branco, pensando como branco, agindo como branco. E, no campo do branco, [ele] é tão trapaceiro, que só o branco vai sobreviver. E esses índios que estão no Congresso vão se tornar mais brancos do que os brancos que estão lá.

Você pode pegar hoje o que acontece com o tal Ministério dos Povos Indígenas. Eles não perceberam que eles estão usando o ministério para matar o povo. Porque, quando você esquece sua tradição cultural, você não é mais nada.

Você é antropólogo. Você sabe que nós somos nações. Eu pertencço à maior nação que esse país já viu que é a nação Tupi. Aí tem a nação Jê, que é bastante forte, a macro Jê, que é outra bastante forte. Entre muitas outras nações, que tem os Aruak, muitas mais. Sem ter trazido esses troncos linguísticos para discutir, pode dizer que é ministro de [todos] nós? Não. Ela [a ministra Sonia Guajajara] está representando o movimento indígena, mas não as nações indígenas deste país que tem cultura, tem tradição e sabe que ninguém pode governar e dizer que nos governa sem antes fazer assembleia com os pajés e com os caciques para receber a ordem do que deve fazer.

**Você acha, então, que o governo está devendo ainda algum posicionamento?...**

Não, não, eu não terceirizo. Quem está devendo é o povo indígena. O governo está à disposição. Você tem três filhos, você vai atender cada um pelo que você percebe que cada um está expressando de sentimento. Agora, se eles estão esquecendo a tradição do povo, como os povos são regidos, aí nós estamos todos ferrados. E vamos sempre terceirizar a culpa para outro. E eu não terceirizo, eu sou Tupinambá, não terceirizo culpa pra ninguém. Só tem um jeito de eu perder uma guerra: se eu mesmo me sabotar (rs). Fora disso...

**Como você viu o julgamento do STF sobre o marco temporal? Foi uma vitória dos povos indígenas?**

Não me surpreendeu em nada, não poderia ser diferente a votação. O mais grave é que lá foi dentro do esperado, mas a Câmara de Deputados, o Senado, ficam o tempo todo inventando factóides para que prorroguem as coisas e eles matem pessoas em nome de uma mudança, porque só é valorizado o rico.

Eles falam em segurança jurídica. Então vamos ver: segurança jurídica pra quantas pessoas? Porque quem deveria ter segurança jurídica era nós, pela lei que nós temos. Eles provocam insegurança jurídica o tempo todo, a vida toda em centenas de milhares de pessoas para beneficiar um ou

dois grupos. Nós não temos [interesse] dentro das terras indígenas, a não ser de pequenos grupos bilionários que querem aquelas terras, só isso. Não é todo mundo que pode minerar, que pode ter uma grande mineradora. Não é todo mundo que pode pegar e montar uma madeira pra extrair madeira, porque se requer muito recurso para se montar uma logística dessas. Então estamos beneficiando quem? Qual é o discurso de lá? Eu falei para o Eloy Terena [secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas], que, se eles quisessem, podiam me levar na audiência pública que eu ia contar esses casos para os próprios deputados, senadores, mas eles se tornaram políticos também, preferiram levar quem fala politicamente.

**Quanto ao que foi dito no geral, no STF, você não está querendo falar a respeito, não?**

Não, não, não. Porque saíram coisas boas, saiu coisa ruim, saiu coisa de todo jeito. Mas isso é um crescimento humano. Nós, seres humanos, somos dignos de aplausos, porque podemos errar e depois podemos consertar nossos erros. Nós temos essa vantagem. De poder nos posicionar contra, nos posicionar intermediários, nos posicionar a favor ou depois sentar e rever tudo. Então, essas são as linhas das coisas, e a gente não pode fazer nada pelo ódio. Se tiver de fazer, faça pela consciência (rs). Tem que ser bem consciente ao fazer.

**Nesses trabalhos recentes que têm sido feitos sobre seu perfil nas universidades, sempre se frisa a sua luta pela educação escolar indígena. Como é que você pensa essa questão?**

Se você for pegar documento do século XVI, uma das reivindicações que os Tupinambá fizeram para a coroa portuguesa foi exatamente isso: que eles montassem uma escola para ensinar a língua deles para nós, Tupinambá, para nós sabermos como eles funcionavam. Porque eles tinham aprendido a nossa língua, mas nós não tínhamos aprendido a língua deles. Então, nós temos também a educação como uma parte da guerra. Sem educação, você não vai vencer nada, nem aqui nem em lugar nenhum. Hoje nós temos que viver em um espaço de terras menores, então nós temos que trazer o pessoal para a escola, aprender como lidar com a tecnologia moderna, para que com isso nós possamos gerar renda, recurso, capacidade em um espaço menor, para que o povo continue sendo autônomo sem depender de ninguém. Porque nós na Serra ainda continuamos sendo autônomos, não dependemos de Funai, nem de governo. É claro que nós cobramos deles aquilo a que nós temos direito, mas nós sobrevivemos sem eles.

**A educação, então, faz parte dessa estratégia de autonomia?**

Exatamente. É a base. Porque, se a gente quer tudo que é inventado, novo, não importa se é dito moderno ou de outro povo, você vai ter que ir lá estudar a tecnologia moderna para aprender, para você replicar. A gente já plantava feijão, milho e mandiva antes. Nós fazíamos ferramenta de pedra. Apareceu a de ferro, nós fomos lidar com a de ferro, que vimos que era mais eficaz. E fomos descobrir como fazer, que nós também somos ferreiros, nós sabemos fazer todo tipo de ferro (rs). Aqui o povo também é de tudo um pouco. Então, nós adquirimos a tecnologia, aprendemos, mas nós mesmo executamos. Essa é a importância. Porque, quando você não sabe, você tem que entregar tudo que você tem para aprender do outro.

**Quando se fala de autonomia da comunidade, em qual modelo de autonomia você pensa? Autonomia econômica? Como seria uma autonomia política também? Como você pensa isso?**

Autonomia é total. Se você está dependendo de alguma coisa, você não é autônomo. Você só pode dizer que tem autonomia quando você diz: olha, minha casa, eu governo. Nós temos autonomia de produção, autonomia energética, autonomia financeira... Nós estamos querendo registrar a marca pra botar os produtos já industrializados no mercado. Mas nós falamos, perai, vamos conversar com o Ministério de Minas e Energia, vamos montar uma mini turbina de energia elétrica no Rio Una pra gerar nossa energia pra nós e não pagar nada para a Coelba [Companhia de Eletricidade

do Estado da Bahia, hoje privatizada], pra nós conseguirmos competir, senão não vamos conseguir competir. Ou seja, isso é autonomia: nós sabemos que, até pra disputar, nós temos que ter autonomia de várias coisas, senão já entramos derrotados. E o principal: autonomia de pensamento. Porque senão o outro te conduz, e você não é autônomo, se você é dominado e conduzido pelo outro.

**No caso da autonomia econômica, que papel joga o cacau aqui na região? Vocês estão na região que é berço do cacau no Brasil...**

O cacau é um pesadelo. As pessoas confundem. O cacau retoma 80% do que ele dá. Tem que reaplicar nele, senão no ano seguinte ele não dá. Com os 20% que você fica, você não tem muito o que fazer quando isso é redistribuído entre muita gente. Depois você vai ver que você vai passar quatro, cinco meses sem ter nada ali. O que muda de autonomia é porque nós temos produções diversificadas. Elas se somam. Então, a mesma roça de cacau tem dentro uma produção de banana, tem uma produção de várias outras frutas. Nós fazemos uma roça de mandioca, nós temos o aipim, aí nós temos várias outras coisas. Ou seja, com a complexidade do que nós plantamos, não falta recurso o ano inteiro. O que nós, Tupinambá, sempre sabemos é que muitas frutas são de safra. Então nós temos que intercalar as produções para que, quando terminar a safra de uma, já tenha a outra em funcionamento. Entendeu? Senão você não consegue chegar a lugar nenhum.

**Quando se fala em autonomia política, o pessoal fica meio assustado aqui no Brasil, né? O que você pensa sobre esse tema?**

Nós somos autônomos politicamente. Nós temos a política tupinambá, a política comunitária, da comunidade. O que é uma política autônoma? Na Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro, temos 250 famílias. Nenhuma delas passa fome ou necessidade. Você pode olhar: você viu como as crianças chegam? Você viu o grau de felicidade? Foi a prefeitura, foi governo de estado, governo federal que fez isso? Não. Sabe qual é o grau de violência aqui na nossa comunidade? Zero. Sabe quando uma mulher apanhou aqui de marido, de homem? Nunca. Sabe quando uma criança foi espancada? Jamais.

Você está entendendo? Porque a política exercida pelo pajé e pelo cacique deixa bem claro para todos que isso não é aceitável: uma violência entre familiares. Então, você tem o primeiro princípio: a cordialidade dentro do povo. "Ah, é fraco". Não, nós somos muito valentes contra outro externo que venha mexer com nós. Isso é muito claro.

Aí, a agricultura, nós temos autonomia. Por que nós temos? Porque nós construímos uma política para ser autônomos. Nós, vendo que tudo gera questões financeiras do branco e o branco, nós, tudo o que nós produzimos, nós criamos uma organização em que 70% são distribuídos entre as famílias e 30% ficam retidos na instituição, que é para contratar mão de obra, comprar carro, pagar advogado, fazer viagens, fazer manutenção nossa do dia a dia.

Com isso, também, nós sabemos a renda interna por família. Nós fazemos planejamentos a cada cinco anos: a cada cinco anos nós sentamos para ver se nossa renda está caindo ou está subindo e o que precisamos fazer para que ela se equilibre. Então hoje, a renda aqui por família está em torno de R\$ 3.500. É baixo. Nós consideramos baixo. Nós achamos que a média legal seria em torno de R\$ 5.000, R\$5.500 por família, pra ela realizar os seus sonhos. Porque nós vivemos de sonhos e de desejos. Os desejos nos quebram, e os sonhos nos edificam (rs). Então, nós Tupinambá, nós somos muito espiritualizados nessas questões. Eu chamo isso autonomia.

**Você está contando de várias coisas interessantes que vocês têm realizado, mas é verdade também que vocês viveram, uns dez, 15 anos atrás, um período muito complicado de criminalização das lideranças.**

Não parou. A criminalização continua. Nós vivemos em um país onde as pessoas não admitem quem vive autonomamente como nós. Então, ou você está dentro de um sistema que eles exigem, porque eles querem usufruir de sua capacidade e, no momento em que você se nega, você se torna alguém para ser vencido. Quando você vê político soltar matérias contra comunidades, quando você vê juiz fazer ameaças à comunidade, então isso aí é criminalização direta, porque um formula



**Cacique Babau, com um dos mantos Tupinambá, enquanto segura seu diploma de doutor Honoris Causa pela Uneb**

políticas públicas, o outro julga as políticas públicas e ambos estão falando de pessoas que eles deveriam proteger, então você sabe que aí não tem lógica.

**No ano passado, chegaram a distribuir panfletos na época da eleição focando em vocês...**

Gastaram mais de R\$ 2 milhões pra falar, parece que o político era eu (rs). Bem significativo, né?

**Parecia que você era o candidato.**

Eles não conseguem me atingir porque minha comunidade não tem vícios. Você sabe que para as comunidades que têm vícios a vida fica mais difícil. Quem gosta de beber cachaça... Quem gosta de droga... Para nós não. O nosso vício é viver em casa. A gente vive pra comer e come para viver. Diz que a função é ir para a terra bem gordinho (rs).

**Uma coisa que persegue vocês, também, de alguma maneira é essa ideia de tentar desqualificá-los como indígenas – como se isso fosse desqualificação -, dizendo que na verdade são negros. Como vocês encaram isso?**

Primeiro nós temos que perguntar para as pessoas qual é a cor da alma. Elas conhecem? Eu sei qual é a cor da alma. Alguém sabe? Pois é, eu conheço as cores que a alma tem. Então sou mais poderoso. Eu tenho pleno poder. E quem olha a cor de pele... A cor de pele depende muito da temperatura que você determina, não significa nada. Não é muito sábio o que alguns falam. Não é que nós sejamos contraditórios. Nós somos Tupinambá. Você sabe que entre nós, Tupinambá, temos alguns que são loiros do olho azul, com 1m92, 1m95 de altura? Você sabe que nós temos uma parte dos Tupinambá que pode também chegar a 2 metros de altura e são muito negros e não têm cabelo? E nós temos outra parte de Tupinambá que chega a 1m70, 1m90 de altura, porém morenos, com cabelos longos, bem lisos?

Nós somos a existência da criação. Que não é o que você é: é o que o Criador determina para um espírito informar de informação visual para alguém ver. Essa é uma realidade que eles desconhecem porque não conseguem evoluir. Eu vou te informar: existem duas cores que determinam a alma. A sabedoria, a ciência, a consciência e tudo de fértil é um espírito azul, uma bolinha azul linda. Se você tivesse a visão que nós temos você ia ver quando alguém morre e sai da boca da pessoa aquela luz azul. A outra parte dessa luz é entrelaçada entre vermelho e amarelo. Ela representa a dor e a consciência. Quando ela entra no corpo, você sente tanta dor, que você descobre que está vivo, entende? É a fusão das duas que forma o nosso corpo. Mas o

que interessa ao criador é só essa azul. Essa aqui é a dor e a consciência monstruosa que nós temos. (rs).

**Nos últimos anos você tem tido cada vez mais reconhecimento público: ganhou um título de notório saber, um título de honoris causa... Será que o Brasil está mudando? Está dando um espaço que antes não existia? Como é que você vê esse reconhecimento?**

Eu acho que é o seguinte: são pessoas conscientes, em lugares estratégicos. As pessoas vêm à aldeia, conhece, vê, senta com a gente, conversa. Vê a visão de mundo, o jeito de ser. Por exemplo, primeiro foi a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] do Rio de Janeiro, que me deu o Prêmio Chico Mendes de Direitos Humanos. Depois Marcelino Galo, da Assembleia Legislativa da Bahia, me deu o título de Comendador da Bahia. Aí a Uneb [Universidade do Estado da Bahia] me ofertou o título de doutor Honoris causa, e a UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] me deu agora o título de notório saber. Mas, é aquela coisa, eu falei pra eles, eu digo: não são os títulos que me definem, sou eu que defino os títulos. Porque, se eu deixar esses títulos criarem uma mentalidade de que eu sou uma pessoa sábia, eu acabei de me ferrar.

Então, se me perguntam, Rosivaldo, qual é o seu título? Eu digo desde sempre que é Cacique Babau. Eu não fui feito em universidade. Eu não vou aceitar o outro me modificar porque o outro quer meu conhecimento. Eu aceito compartilhar o conhecimento que é bom, e quando eu compartilho eu adquire outro também (rs). Mas é melhor em casa, sem a gente sofrer muitos danos. Então, a gente não tem a ambição de competir com o branco e entrar no mundo do branco. O que nós queremos é ter o conforto que nós, Tupinambá, sempre tivemos. Trabalhar mais ou menos, viver com grande qualidade de vida (rs).

**É como na Finlândia, então?**

Exato. Entendeu? Nós achamos assim: se duas horas de trabalho por dia gerarem, no final do mês, no final do ano, aquela linagem que nós [queremos], não tem por que se estressar tanto. Eu não entendi porque alguns estão dizendo que índio morre de fome, vive de Bolsa Família. Eu achei aquilo ridículo, porque é um racismo, é um preconceito tão grande, porque, se essas pessoas tivessem entrado naquelas comunidades para ver... Porque toda sociedade é assim: tem aqueles que evoluem em um nível diferente do outro.

Eu tenho tios aqui que você vai parar o carro 1000 vezes: "Não, eu vou continuar a pé". Parou: "Não, não, não". Ele vai continuar andando a pé. Vai para São José a pé. Volta. Porque ele quer isso. Tem condição? Tem condição de ter. Mas ele gosta de fazer isso. E eu acho isso a coisa mais maravilhosa. Você ter direito de escolha. Tem outros que não querem fazer nada. Pronto. Vive de cesta e Bolsa Família. Agora, jogar isso em cima de todo mundo? Eu falei assim: com Joênia [Wapixana] formada, presidente da Funai, e o cara dizendo que Raposa Serra do Sol vive de cesta básica? Ele já está sendo desmentido na frente.

Nós, Tupinambá, não precisamos medir ninguém por nada. Mas nós gostamos de saber: como você trata o outro? Qual é o carinho que você tem pelo outro? Porque dinheiro, poder não vai fazer você ser educado, você tratar bem ninguém. Isso aí é a questão de caráter.

O que precisa ser construído no Brasil é o caráter. O Brasil precisa ter um caráter, coisa que ele não tem. O Brasil é um país sem caráter. Porque eles não respeitam filhos, netos, e eles querem atropelar, vender, porque eles sonham em ser iguais a um estrangeiro. Ou poderoso igual a um estrangeiro que eles acham que devem ser. Então, isso é muito ruim: um país sem espírito próprio.

**Finalizando, tem mais alguma coisa que você acha que o Brasil deveria saber sobre Babau ou sobre os Tupinambá que a gente não falou aqui?**

Não, dizem que o tempo fala por si. Cada coisa... Irão saber muita coisa. (rs) O tempo, o tempo vai dizer coisa demais. Tem muita coisa ainda. O tempo fala.

Eu vou dizer pra você uma coisa que eu disse pra todos os antropólogos e todos os repórteres. Quando estiver com os Tupinambá, não se apegue ao que você conversa e o que você vê. Nós somos um povo de sonhos. E pode perguntar a qualquer um o que é que acontece depois que você conta um sonho: ele se modifica. Nós não somos um povo estático.

# Política indigenista dos governos da ordem e do progresso: meio século de violência e esbulho

Por Egon Heck e Lídia Farias, do regional Cimi/MS

**N**uma rápida olhada nos últimos 50 anos de política indigenista no país, nos deparamos com inúmeras situações que questionam as reais intenções dos governos com relação aos povos indígenas, seus territórios e organizações sociais. Uma das características fortes deste período foi a constante imposição de uma política indigenista violenta, que tinha por objetivo final o extermínio dos povos indígenas.

Um dos aspectos reveladores da política da ordem eram os critérios de composição do quadro de pessoal dos órgãos estatais. A Funai, por exemplo, herdou para o seu quadro de funcionários 700 pessoas oriundas do antigo Serviço de Proteção ao Índio - SPI e, em menos de uma década a fundação, já contava com mais de sete mil funcionários, a maioria imperiosa do quadro eram militares da ativa ou aposentados, que, sob o comando do general Bandeira de Melo, implantavam um rígido sistema de controle dos indígenas.

Para a garantia absoluta do controle, foram criados dentro da estrutura da Funai alguns órgãos como a Guarda Rural Indígena - GRIN, que tinha como objetivo transformar os "índios" em soldados e as aldeias em grandes repositórios humanos para os quartéis. Outra frente determinante no sistema de controle eram os Serviços de Segurança e Informação (DSN - Doutrina de Segurança Nacional, CSN - Conselho de Segurança Nacional, SNI - Serviço Nacional de Informação, ASI - Assessoria de Segurança e Informação), estes tinham por objetivo isolar os indígenas e vigiar completamente os seus passos. Para Queiroz Campos, primeiro presidente da Funai (1967-1970), estes órgãos tinham a intenção de "evitar a continuidade das invasões nas terras indígenas" e para isto a estratégia fora militarizar a Funai em todas as instâncias administrativas, desde os postos indígenas - PIS nas aldeias até a direção do órgão, sediada em Brasília.

Outra ação que tinha como horizonte o integracionismo eram os programas desenvolvimentistas produtivista promovidos pela Funai no contexto do "milagre brasileiro", na década de 70, onde se alardeava um crescimento do PIB de 11% ao ano. Para pensar a implementação destes "projetos de desenvolvi-



Acampamento Terra Livre (ATL)2023

Foto: Tiago Miotto/Cimi

mento comunitário", a Funai chegou a contratar vários cientistas sociais (antropólogos, linguistas, agrônomos, economistas, entre outros), os mesmos, se empenharam a pensar a melhor forma de execução dos projetos numa lógica que rompesse como o "indigenismo dos quartéis", promovendo um "novo indigenismo", o qual estimulasse as comunidades indígenas ao etnodesenvolvimento. Estes programas foram iniciados primeiramente junto aos povos indígenas Gavião-Suruí, Guarani Kaiowá e Nhandeva, Yanomami, Nambikuara, Pataxó, Tikuna, Tukano, Xokleng dentre outros.

A execução dos programas acima explícita um profundo cenário de conflitos de interesses entre a ciência e o militarismo em curso. A Funai estimulava a produção e exploração nas terras indígenas única e exclusivamente para gerar renda ao órgão tutor gerenciado pelo Departamento Geral de Patrimônio Indígena - DGPI, seguindo a lógica de que os índios deveriam ser um ônus menor para a nação.

Neste sentido, vale ressaltar que os projetos desenvolvimentistas e produtivistas do governo, tais como exploração de madeira, minérios, instalação de rodovias, construção de hidrelétricas e outros empreendimentos em terras indígenas como o arrendamento, agenciados em épocas passadas pelo estado e, hoje, pelo agronegócio,

não tiveram como objetivo melhorias para a vida dos povos indígenas, do contrário, tais projetos foram e continuam sendo caminhos de invasões, inviabilizando as demarcações das terras indígenas, em que os prazos previstos para conclusão de todos os processos demarcatórios foram duplamente desrespeitados, conforme revela o estatuto do índio (1973) e a Constituição Federal de 1988: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas". (Lei 6001/73, Art. 65). "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição". (CF/88, Art. 67)

No Brasil, existem atualmente 1.296 terras indígenas, este número inclui as terras já demarcadas ou em algumas das etapas dos procedimentos demarcatórios iniciados. Agora, passados mais de 30 anos da promulgação da CF/88, pelo menos 530 terras indígenas que ainda se encontram sem nenhuma providência do Estado para demarcá-las. (CIMI, 2020).

Nos tempos atuais e diante do cenário de total negação de direitos territoriais, o ponto forte em questão é o usufruto dos territórios: quem de direito pode usufruir destas terras? No campo jurídico, as leis são claras, assegurando aos povos indígenas o usufruto exclusivo dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos, aos seus legítimos donos. Porém, no campo político as investidas anti-indígenas da política indigenista desenvolvimentista tentam além de desqualificar os sistemas econômicos e de produção dos povos, impor o lucro como referência nas relações dos povos indígenas com o meio ambiente.

Ao tentar incluir as terras indígenas na lógica da produção em escala e em outras formas de exploração, o governo refuta os ideais integracionistas da ditadura militar "desenvolver para integrar". Os assédios saem de todos os lados e chegam as áreas indígenas envoltos nos tecidos da "emancipação financeira dos povos indígenas", ou seja, os povos indígenas só serão aceitos quando se igualarem aos ruralistas.

Passados 50 anos desta história, o projeto de extermínio contra os povos indígenas se moderniza e tenta retomar o objetivo dos governos ditadores de dominação sobre as terras indígenas, facilitando como no passado as diversas formas de invasão e exploração dos territórios indígenas.

Guarani Kaiowá no STF em 2018, contra o marco temporal



Foto: Tiago Miotto/Cimi